



> SETAS - 000149 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO



O shopping popular do Gama apresenta um comércio forte e dinâmico, além de contribuir na geração de renda e empregos para o Distrito Federal, no entanto, com a falta de manutenção e o desgaste do tempo, a feira apresenta problemas estruturais e precisa passar por uma reforma para continuar servindo aquela comunidade com qualidade e segurança.

A reforma dos banheiros, manutenção do telhado, manutenção da parte elétrica, calçadas e estacionamento do shopping popular, trará mais conforto e comodidade aos comerciantes e consumidores, e oferecerá mais segurança, tranquilidade e bem-estar a população.

Considerando que o Distrito Federal tem como objetivo prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento do presente pleito, o qual, com toda certeza, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e trabalho dos comerciantes e frequentadores do Shopping Popular do Gama.

Diante do exposto, conclamo os nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


Deputado **RODRIGO DELMASSO**

Autor



> SETAS - 000150 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



MOÇÃO Nº 100 241 /2015 DE 2015.

(Deputados Professor Reginaldo Veras e Professor Israel)

L I D O
Em, 15/10/15
Secretaria Legislativa

Manifesta votos de louvor e parabeniza os educadores Jordenes da Silva, Silvane Friebel, Júlio César Ferreira Campos, Maria Lucinete de França, Leonardo Teles Dias, Kleber Silva Carvalho, Osvaldo Lima de Oliveira, Jefferson Reges Lobato, professores da Secretaria de Estado de Educação do DF, pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal.

SECRETARIA LEGISLATIVA 130412015 14:16

Com base no Art. 144 do Regimento Interno desta casa, proponho aos nobres pares manifestar votos de louvor e parabenizar os educadores Jordenes da Silva, Silvane Friebel, Júlio César Ferreira Campos, Maria Lucinete de França, Leonardo Teles Dias, Kleber Silva Carvalho, Osvaldo Lima de Oliveira; Jefferson Reges Lobato, professores da Secretaria de Estado de Educação do DF, pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Os educadores em tela, cada um em sua escola e área de atuação, desenvolvem excelentes trabalhos com muita dedicação e empenho, superando adversidades e muitas vezes abrindo mão da família em prol da educação do Distrito Federal.

A presente Moção tem o escopo de prestar uma justa homenagem ao mesmo tempo reconhecer o relevante trabalho prestado por esses educadores à educação do Distrito Federal.

Diante do exposto, peço aos nobres pares a aprovação dessa Moção.

Sala das sessões, 09 de outubro de 2015.

Deputado Professor REGINALDO VERAS
PDT

Deputado Professor ISRAEL
PV

> SETAS - 000151 <

L I D O
Em. 15/10/15
Secretaria Legislativa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

REQUERIMENTO Nº RQ 1044 /2015
(Autoria: Deputada Telma Rufino)

REQUER A REALIZAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 01
DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 19
HORAS, PARA DEBATER SOBRE A
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,
do Distrito Federal:

Requeiro, com base nos arts. 85, 145 e 239, do Regimento Interno,
a realização de Audiência Pública no Plenário desta Casa de Leis, no dia 01
de dezembro de 2015, às 19 horas, para debater sobre a violência contra a Mulher.

JUSTIFICAÇÃO

Diariamente, aqui no Distrito Federal, nos deparamos com notícias
nos jornais a respeito da violência contra a mulher. Esse assunto é
forçosamente pautado devido às ocorrências em nossa cidade. “Apesar de ser
um crime e grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres
segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 43% das mulheres em
situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é
semanal. Esses dados foram revelados no Balanço dos atendimentos
realizados em 2014 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-
PR)”.

Em relação ao momento em que a violência começou dentro do
relacionamento, os atendimentos de 2014 revelaram que os episódios

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF – CEP 70.094.902 –
Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 33488083

ASSESSORIA DE PLENARIO
Recebi em 13/10/15 às 17:35
Assinatura Matrícula 19385

m

x

Handwritten initials and marks on the right margin.

> SETAS - 000152 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

de violência acontecem desde o início da relação (23,51%) ou de um até cinco anos (23,28%).

Em 2014, do total de 52.957 denúncias de violência contra a mulher, 27.369 corresponderam a denúncias de violência física (51,68%), 16.846 de violência psicológica (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 envolvendo tráfico (0,26%).

Dos atendimentos registrados em 2014, 80% das vítimas tinham filhos, sendo que 64,35% presenciavam a violência e 18,74% eram vítimas diretas juntamente com as mães.

Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Segundo o Mapa da Violência 2012 divulgado pelo Instituto Sangari, o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%. Já o Mapa da Violência 2013 : Homicídios e Juventude no Brasil revela que, de 2001 a 2011, o índice de homicídios de mulheres aumentou 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país".

"O crescimento efetivo acontece até o ano de 1996, período que as taxas de homicídio feminino duplicam, passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres. A partir desse ano, e até 2006, as taxas permanecem estabilizadas, com tendência de queda, em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. No primeiro ano de vigência efetiva da lei Maria da Penha, 2007, as taxas experimentam um leve decréscimo, voltando imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010, último dado atualmente disponível, igualando o máximo patamar já observado no país: o de 1996."

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF – CEP 70.094.902 –
Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 33488083

> SETAS - 000153 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

De 2001 a 2011, o índice de mulheres jovens assassinadas foi superior ao do restante da população feminina. Em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos foi de 7,1 mortes para cada 100 mil, enquanto a média para as não jovens foi de 4,1. *Saiba mais no Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil.*

“Já a Pesquisa Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha (Ipea, março/2015) apontou que a Lei nº 11.340/2004 fez diminuir em cerca de 10% a taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas, o que “implica dizer que a LMP foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no país”.

Em face do exposto e pela importância do tema da “violência contra a mulher” para a sociedade como um todo, considerando a necessidade de termos uma avaliação constante do tema, nessa Casa de Leis, peço aos nobres pares o apoio para aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.


 Deputada TELMA RUFINO

Deputado Agaciel Maia - PTC

Deputada  Celina Leão - PDT

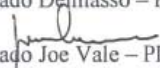
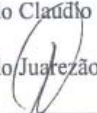
Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante - PT

Deputado Cristiano Araújo - PTB

Deputado Delmasso - PTN

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado  Joe Vale - PDTDeputado  Juarezão - PRTB

Deputado Júlio César - PRB

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF - CEP 70.094.902 -
 Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 33488083

> SETAS - 000154 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO


Deputada Liliâne Rofiz - PRTB


Deputada Luzia de Paula

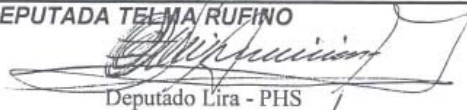

Dep. Prof. Reginaldo Veras - PDT


Deputado Raimundo Ribeiro - PSDB


Deputado Ricardo Vale - PT



Deputada Sandra Faraj - SD


Deputado Wellington Luiz - PMDB

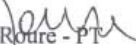

Deputado Lira - PHS


Deputado Prof. Israel - PV


Dep. Rafael Prudente - PMDB


Dep. Renato Andrade - PR


Dep Robério Negreiros - PMDB


Dep. Wasny de Roura - PT

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS
01/12/2015
HORA: 9h LOCAL: Paulo
11.68



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

L I D U
Em, 15/10/15
Secretária Legislativa

REQUERIMENTO Nº /2015 RQ 1045 /2015
(Deputada Liliane Roriz)

Requer o encaminhamento de pedido de informação a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, sobre o assunto que especifica.

SEI/DF - 000155 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Respalhada no permissivo contido no art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal c/c o art. 15, inciso III, art. 39, § 2º inciso XII e art. 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, venho requerer que sejam prestadas pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, dentro do prazo de 30 dias, sob pena de crime de responsabilidade, as seguintes informações:

- Cópia de inteiro teor do processo assinado entre o Governo do Distrito Federal, por meio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e a empresa Jurong Consultants Pte de Cingapura, com o seguinte objeto: elaboração de projeto, a fim de moldar o crescimento da capital brasileira pelas próximas cinco décadas.
- Relatório de execução do contrato contendo o valor inicialmente pactuado, etapas de execução, e valores efetivamente pagos até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

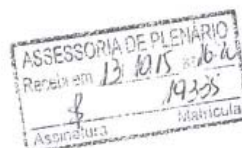
Entre as funções do Poder Legislativo, está a de acompanhar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Neste sentido, as informações acima são de extrema importância e de interesse de toda a população do Distrito Federal.

O Requerimento ora apresentado tem a finalidade de obter informações detalhadas e precisas a respeito do contrato firmado entre o Governo do Distrito Federal, por meio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e a empresa Jurong Consultants Pte de Cingapura, com o seguinte objeto de elaboração de projeto, a fim de moldar o crescimento da capital brasileira pelas próximas cinco décadas. Passados três anos da assinatura do contrato, necessário se faz o acompanhamento de sua execução para que se dê a transparência que o caso requer.

Por essas razões, e tendo em vista a relevância da matéria em apreço, encaminho o presente requerimento de informação.

Sala das sessões, em

Liliane Roriz
Liliane Roriz
Deputada Distrital





> SETAS - 000156 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

L I D O
Em. 15/10/15
Secretaria Legislativa

RQ 1046 /2015

REQUERIMENTO Nº
(De autoria da Deputada Liliane Roriz)

**REQUER A TRAMITAÇÃO CONJUNTA
DO PROJETO DE LEI Nº 97/2015 aos
Projetos de Lei nºs 247/2011 e
1.223/2009.**

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nos art. 154 e 155 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro a tramitação conjunta dos projetos de Lei 97/2015, que "Dispõe sobre a isenção de taxas para expedição de segunda via de documentos às vítimas de crimes, no âmbito do Distrito Federal", de autoria do Deputado Bispo Renato; ao Projeto de Lei nº 247/2011, que "Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos no caso em que especifica", de autoria do Deputado Chico Vigilante e ao Projeto de nº 1223/2009, que "Dispõe sobre a proibição da cobrança de custas, de qualquer natureza, para a emissão DE 2ª via de documentos públicos, em razão de furto ou roubo de documentação", de autoria do Deputado Rogério Ulysses, por tratarem de matéria análoga.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/10/2015 10:46
Edy/2474

JUSTIFICAÇÃO

Visando a economia processual prevê o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no art. 154:

"Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.

> SETAS - 000157 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

§ 1º A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou comissão."

A presente medida atende o princípio regimental de tramitação conjunta, quando proposições da mesma espécie tratam de matéria análoga ou correlata, e assim sendo, é adequado que sejam apensadas para serem examinadas conjuntamente, evitando, evitando, assim, eventual descompasso na tramitação de uns e outros.

Assim, de modo a garantir o procedimento democrático adotado pelos parlamentares da Casa em respeito aos autores legislativos e ainda, buscando o aperfeiçoamento do processo legislativo, apresento o referido requerimento para fins de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 97/2015, 247/2011 e 1223/2009.

Sala das Sessões,

de 2015.


LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL



> SETAS - 000158 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente



RQ 1047 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

L I D O
Em, 15/10/15

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que encaminhe relatório com os nomes e matrículas dos profissionais oriundos de Contratos Temporários e que se encontravam com lotação na Administração Central em 16/09/2015, bem como descritivo das atividades desenvolvidas pelos mesmos durante a vigência dos referidos contratos.

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde relatório com os nomes e matrículas dos profissionais oriundos de Contratos Temporários e que se encontravam com lotação na Administração Central em 16/09/2015, bem como descritivo das atividades desenvolvidas pelos mesmos durante a vigência dos referidos contratos.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da lotação profissionais oriundos de Contratos Temporários na Administração Central da Secretaria de Estado de Saúde, em detrimento do atendimento à população do Distrito Federal nas Unidades de Saúde do Distrito Federal, conforme informações remetidas pela própria Secretaria de Saúde por meio do Of. 127/2015 – ARINS/GAB/SES, em resposta ao Requerimento de Informações 767/2015 de minha autoria.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

ct

SECRETARIA LEGISLATIVA - 15/10/2015 09:02

 12071



> SETAS - 000159 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente.



RQ 1048 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que encaminhe relatório circunstanciado sobre a lotação específica e trabalhos desenvolvidos por cada um dos 370 médicos lotados na Administração Central sem que estejam exercendo Cargos Comissionados.

L I D O

Em, 15/10/15

Secretaria Legislativa

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde relatório circunstanciado sobre a lotação específica e trabalhos desenvolvidos por cada um dos 370 médicos lotados na Administração Central sem que estejam exercendo Cargos Comissionados.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da lotação de 370 médicos na Administração Central da Secretaria de Estado de Saúde, sem que os mesmos estejam exercendo Cargos Comissionados, em detrimento do atendimento à população do Distrito Federal nas Unidades de Saúde do Distrito Federal, conforme informações remetidas pela própria Secretaria de Saúde por meio do Of. 127/2015 – ARINS/GAB/SES, em resposta ao Requerimento de Informações 767/2015 de minha autoria.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

ct



> SETAS - 000160 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA**



**REQUERIMENTO Nº DE 2015 RQ 1049 /2015
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA)**

L I D O

Em, 15/10/15

Secretaria Legislativa

**Requer a retirada de tramitação e
consequente arquivamento do
Projeto de Lei nº 349, de 2011.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requeiro, com fulcro nos artigos 42, I, h, 8 e 136 do Regimento Interno desta Casa, a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 349, de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa faz-se necessária tendo em vista o advento da aprovação da Lei nº 5.323, de 2014, a qual contempla o intento contido no citado PL 349/2011.

Sala das Sessões, em.....

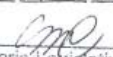
**Deputada LUZIA DE PAULA
Autora**

REQUERIMENTO Nº 1049/2015

Wesley 70194



> SETAS - 000161 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**REQUERIMENTO Nº RQ 1050 /2015****(Autoria: Vários Deputados)****L I D O**Em. 15/10/15

 Secretaria Legislativa

Requer a realização de Sessão Ordinária Externa, no dia 21 de outubro de 2015, às 15 horas, a ser realizada no Gama para dar sequência ao projeto "Câmara em Movimento".

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa, do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Regimento Interno, a realização de Sessão Ordinária Externa, no dia 21 de outubro de 2015, às 15 horas, a ser realizada no Gama, para dar sequência ao projeto "Câmara em movimento".

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de dar sequência ao projeto "Câmara em Movimento", que realiza Sessão Ordinária Externa em pontos diversos da sede da Câmara Legislativa do DF.

As sessões Ordinárias Externas serão previamente agendadas, conforme cronograma a ser definido, em acordo com os Parlamentares desta Casa.

O projeto "Câmara em Movimento" tem por objetivo aproximar a Câmara Legislativa da população, desenvolvendo trabalho legislativo que efetivamente venha atender às necessidades e anseios da comunidade. ☺

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Tel. (61) 3348-8900
www.cl.df.gov.br


DXT

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Diante disso, propomos a realização desta Sessão Ordinária Externa para, juntamente com a população do Distrito Federal, buscarmos e sugerirmos soluções para melhorias na qualidade de vida do DF.

Sala das Comissões, em de 2015.


Agaciel Maia – PTC
Deputado Distrital


Celina Leão – PDT
Deputada Distrital

Chico Leite – REDE
Deputado Distrital


Chico Vigilante – PT
Deputado Distrital

Cristiano Araújo – PTB
Deputado Distrital

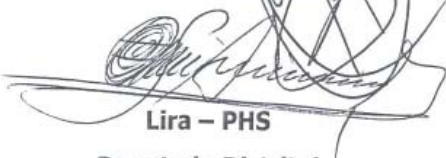
Claudio Abrantes – REDE
Deputado Distrital

Joe Valle – PDT
Deputado Distrital

Juarezão – PRTB
Deputado Distrital


Julio Cesar – PRB
Deputado Distrital

Liliane Roriz – PRTB
Deputada Distrital


Lira – PHS
Deputado Distrital


Luzia de Paula – REDE
Deputada Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



Prof. Israel Batista – PV
Deputado Distrital

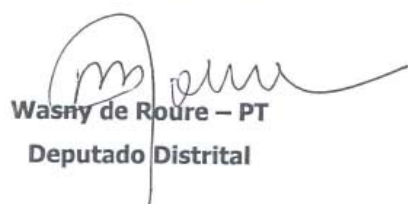


Rafael Prudente – PMDB
Deputado Distrital

Renato Andrade – PR
Deputado Distrital

Robério Negreiros - PMDB
Deputado Distrital

Sandra Faraj – SD
Deputada Distrital

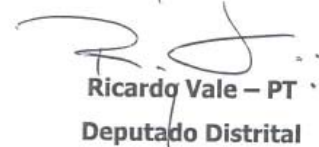


Wasny de Roure – PT
Deputado Distrital

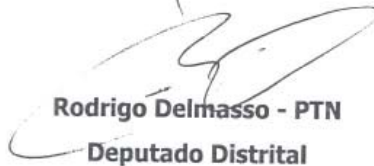
Prof. Reginaldo Veras – PDT
Deputado Distrital



Raimundo Ribeiro – PSDB
Deputado Distrital



Ricardo Vale – PT
Deputado Distrital




Rodrigo Delmasso - PTN
Deputado Distrital

Telma Rufino – Sem Partido
Deputada Distrital

Wellington Luiz – PMDB
Deputado Distrital

> SETAS - 000163 <

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	10	2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DISCUTIR A PARALISAÇÃO DAS OBRAS NO
DISTRITO FEDERAL,
DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

- Ata da 87ª Sessão Ordinária;
- Ata da 88ª Sessão Ordinária;
- Ata da 89ª Sessão Ordinária;
- Ata da 90ª Sessão Ordinária;
- Ata da 29ª Sessão Extraordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 886, de 2015, de minha autoria, Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, dia 15 de outubro de 2015, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir a paralisação das obras no Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para que a gente possa reiniciar o nosso trabalho já da comissão geral.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.


Eu convido as pessoas que estão sentadas aí atrás para sentarem-se todas aqui na frente, ocupar essas poltronas dos Deputados. Quando os Deputados chegarem, eles se acomodam. Pode sentar-se todo mundo aqui.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos nossos trabalhos. Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir a paralisação das obras no Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal, João Antônio Fleury Teixeira; o Sr. Presidente da Novacap, Hermes de Paula, que nesta comissão geral representa também o Secretário de Obras; o Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Jamal Jorge Bittar; o Sr. Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon/DF, Luiz Carlos Botelho; o Sr. Presidente da Associação Brasileira de Construtores – ASBRACO, Luiz Afonso Delgado Assad.

Nós convidamos os senhores empresários, os representantes do governo e a sociedade em geral para discutir este tema tão importante, tão fundamental, do meu ponto de vista, que é a questão da paralisação das obras da construção civil no Distrito Federal.

Eu, particularmente, sou um Deputado que tem um carinho muito grande por esse setor – a indústria da construção civil – porque, no começo da minha vida laboral, trabalhei na construção civil.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 3


Eu vi uma época que o Governo Federal resolveu desenvolver o território de Roraima – não era Estado ainda, era o território de Roraima –, resolveu investir pesado para desenvolver aquele território. Para isso, tinha que colocar infraestrutura, pois não havia nenhuma. E tivemos empresas dos mais variados pontos do Brasil trabalhando lá, porque Roraima mesmo, Hermes, não tinha indústria da construção civil. Lá tinha a Paranapanema, que construiu a ponte sobre o Rio Branco; tinha uma empresa chamada Irmãos Prata S.A., de São Paulo, que construiu a infraestrutura da capital Boa Vista, colocando asfalto, drenagem, rede de água.

Naquele tempo, grande parte dos maranhenses se deslocou para Roraima. E, como a situação do maranhense, já naquele tempo, era uma situação de muita pobreza, havia pessoas que arrumavam o dinheiro para pagarmos a passagem e depois cobravam um percentual muito alto. A gente tomava o dinheiro emprestado para se deslocar para Roraima e trabalhar na construção civil. E eu fui nessa. Chegando lá, fui trabalhar na Irmãos Prata S.A. Saí da roça direto para ser operário da construção civil. Depois, voltando de Roraima, trabalhei uns dias, uns tempos, em Tucuruí, trabalhei na Camargo Correia, no início, quando estava na construção das eclusas de Tucuruí.

Todos nós sabemos que a construção civil é o segmento industrial que gera emprego mais rápido e que gera o emprego primário, porque é o primeiro emprego geralmente de quem sai da roça, de quem não tem outra atividade, que, quando chega, vai trabalhar na construção civil. E também é uma escola de formação. A pessoa começa ali como servente, torna-se pedreiro, carpinteiro, armador, os mais variados tipos de atividade.

Preocupou-me imensamente a questão das obras paradas, especialmente as das creches, que estão paradas, mas da construção em geral. Portanto, resolvi... E agradeço a presença do Deputado Wellington Luiz, que vai ficar um pouco aqui conosco para debater esse assunto tão importante. O Deputado Wellington Luiz é Líder de um bloco importante nesta Casa, que é o PMDB. E por que me preocupa? Nós somos – eu, o Deputado Wellington Luiz e outros – Deputados de Oposição, mas não somos oposição a Brasília, somos Oposição ao Governo. Nós queremos o bem, queremos o funcionamento efetivo desta cidade e temos ajudado o governo aqui no que podemos para que a cidade ande, porque o índice de desemprego...

Temos esse cinturão de pobreza em volta do Plano Piloto. A cidade de Águas Lindas é outro mundo; a grande Luziânia; a parte Norte, Planaltina de Goiás. Uma vez, conversando com o Ministro de Estado, eu disse para ele que o nosso Entorno, hoje, estende-se até a Bahia, porque até de Barreiras há muita demanda aqui para o Distrito Federal. Portanto, na medida em que não damos tranquilidade, que não geramos os empregos necessários, iremos ter muita dificuldade aqui no Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 4

Mesmo sendo Oposição, tenho a felicidade de ter muitos amigos no atual Governo, e o Hermes de Paula é um deles. Lembro-me do início do Governo Cristovam Buarque a dificuldade que foi, também, em fazermos com que a construção civil andasse. E eu dizia para você, já naquele tempo, que eu não via outro caminho para gerar emprego aqui no Distrito Federal a não ser com a construção civil. E fizemos algumas obras que eram fundamentais, bem no início.

Lembro-me de que a segunda grande obra que o Hermes gerenciou, foi aquele trecho da BR-070, entre o Setor O e a Barragem do Descoberto, a duplicação da rodovia. Ela é uma rodovia federal, e, encorajado por nós, o Governador Cristovam Buarque teve a ousadia – pelas obras chefiadas pelo Hermes – de duplicar uma rodovia que é federal, mas que era apelidada de rodovia da morte. E achamos por bem, naquele instante, não ficar esperando de braços cruzados, vendo pessoas morrendo, e não fazermos nada. A gente nem quis saber se era o DNER... Não é Hermes? Vamos fazer! E fizemos. Arrumamos o recurso necessário para fazer.


Estou falando que foi a segunda, porque a primeira obra feita mesmo pelo governo foi a pavimentação asfáltica do setor chamado Nova Guariroba, que fica entre a Guariroba e o P Sul. Era um lugar, no mês de janeiro, que formava uma lama, uma coisa terrível, e o Hermes foi lá comigo visitar. Portanto, essa foi a primeira obra do Governo Cristovam, que é exatamente aquele lugar que chamamos de Nova Guariroba, que fica em volta da Casa do Cantador, tudo aquilo ali.

Depois houve alguns momentos muito interessantes. Lembro-me de uma vez, Hermes, de um colégio para alunos especiais ali no Setor P Sul, na 14. Chegando lá, estavam as professoras tentando dar aula de hidroginástica para as crianças em uma banheira de plástico, mais furada do que nunca, pois a água vazava toda. De lá, liguei para o Hermes e disse: Hermes, será que não dava para os construtores que estão fazendo as obras do GDF fazerem a doação de umas piscinas para essas crianças especiais? E o Hermes fez! Conseguiu com os empresários. Ligou para os empresários, que foram lá e fizeram. E estão lá as piscininhas até hoje.

Depois veio o secretário de educação querer encher o saco, e dizer: "Não, isso não era da secretaria de obras". Eu falei: rapaz, eu não quero nem saber de quem era, o importante é que as crianças agora têm as suas piscinas. Isso está lá até hoje, há mais de 20 anos. Hermes, aquelas professoras ainda hoje te agradecem.

Portanto, o sentido desta audiência é esse, mostrarmos para os senhores que estamos ao lado de vocês, e a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem que exercer o seu papel. A gente quer efetivamente ajudar o Governo a encontrar soluções para que a construção civil não pare no Distrito Federal.

O primeiro índice de que um país vai mal economicamente é se a construção civil parar! Para mim é o principal termômetro. Se a construção civil para, vai desencadear paralisação geral.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 5

Vou aqui começar ouvindo os empresários e, depois, as autoridades do Governo.

Eu quero pedir para vocês o seguinte: coloquem tudo o que tem de ser colocado. Ninguém tem que ter – como se diz lá no Maranhão – cerimônia de colocar o que está acontecendo. Não vamos pintar o bicho nem mais feio do que ele é, nem mais bonito do que ele é; vamos dizer do jeito que ele é, porque só iremos encarar, só teremos solução, se dissermos efetivamente o jeito que as coisas estão.

Portanto aqui, nesta comissão geral, os senhores poderão colocar tudo, com a maior tranquilidade, com a maior seriedade, para que a gente possa sair daqui hoje com propostas que ajudem a solucionar efetivamente esse problema.


Concedo a palavra ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado. Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, obrigado pelo convite.

O nosso objetivo aqui é exatamente prestar todos os esclarecimentos necessários. Eu gostaria de cumprimentar todos os representantes da Mesa, Dr. Hermes de Paula, Jamal Jorge Bittar, Luiz Carlos Botelho, Luiz Afonso Delgado Assad e os demais presentes aqui na Câmara.

O nosso objetivo aqui é trazer uma apresentação que vai ser feita pelo Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento, Dr. Renato Brown, porque na verdade o governo se viu obrigado a editar um decreto, em setembro, com relação à questão das dívidas de exercícios anteriores. Nesse decreto o governo fixou, exatamente pela sua impossibilidade tanto orçamentária quanto financeira de honrar esses compromissos do ano de 2014 e dos anos anteriores – porque existem dívidas, Deputado, desde 2012 que não tinham sido pagas –, o governo se viu obrigado a editar um decreto primeiramente para reconhecer essas dívidas, ou seja, registrá-las contabilmente para que elas possam efetivamente passar a existir, porque essas dívidas estão hoje no limbo, apesar de elas existirem porque os serviços eram prestados, mas elas não estão registradas na contabilidade do governo. Então, para todos os efeitos elas não existem oficialmente. O governo então se viu obrigado a editar esse decreto primeiramente para fazer o registro dessas dívidas e se comprometendo a pagá-las, a partir de julho de 2016, em 60 parcelas, evidentemente com a anuência dos credores. Cada empresário, que evidentemente tem crédito junto ao Governo Federal, terá que anuir junto aos seus órgãos que licitaram essas obras ou serviços.

Não obstante, um artigo do decreto diz que se o governo conseguir auferir receitas anteriores a essa data que possam gerar um superávit ou receitas especificamente destinadas para essa finalidade, esses pagamentos poderão ocorrer antecipadamente e, evidentemente, em prazos menores do que estão previstos no decreto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 6

Então, o que nós estamos trazendo aqui e que o Professor Renato Brown vai apresentar é exatamente uma proposta que será trazida formalmente à Câmara, como o Secretário Pedro já havia combinado com V.Exa., para que possamos criar alternativas exatamente para poder antecipar esses recursos.


Então, o Professor Renato vai fazer uma apresentação rápida e depois nós estaremos abertos a discutir esses temas, evidentemente com a participação de todos os representantes aqui da Mesa que terão a palavra. (Pausa.)

SR. RENATO JORGE BROWN – Inicialmente boa tarde. Cumprimento a Mesa e todos participantes desta audiência. O que me foi pedido é que eu apresentasse o projeto de lei sobre venda de imóveis que já foi protocolado na Câmara. Esse projeto acabou sendo construído no Planejamento porque ele envolve uma série de unidades dentro do próprio governo. Ele envolveu a Terracap, que auxiliou na identificação de imóveis; envolveu a SEGETH – Secretaria de Gestão do Território e Habitação pela questão do impacto territorial – quer dizer, estamos trabalhando com imóveis próprios do Distrito Federal –; envolveu a Procuradoria; e envolveu o pessoal do desenvolvimento econômico que é responsável pelo fundo de parcerias público-privadas, já que uma das destinações do projeto é capitalizar o fundo das PPPs. A coordenação acabou ficando por conta de um dos órgãos centrais, que foi o Planejamento, por envolver a coordenação de quatro ou cinco grandes unidades.

Os objetivos que colocamos foi resolver os problemas relacionados com a ocupação de áreas voltadas para o desenvolvimento econômico, em especial o SAAN. Para quem conhece o SAAN, a parte de trás dos imóveis era para ser um pequeno trem de carga. Isso nunca aconteceu por causa do declive do terreno, implantar aquela ferrovia seria muito caro. E o que acabou acontecendo? As pessoas, os proprietários, invadiram 300, 400 ou 500 metros dentro de área pública, que deveria ser ferrovia, e o que estamos propondo é regularizar isso. É uma região que tem um grande potencial e há um interesse muito grande dos próprios empresários que hoje estão no SAAN para que isso seja regularizado. Um dos Deputados que trabalhou para isso foi o Deputado Wasny de Roure, vamos dar os créditos a quem merece. S.Exa. inclusive ajudou a conduzir essa negociação.

Conseguir recursos para realização de políticas públicas na área de saúde e educação; construir unidades educacionais em regiões carentes; capitalizar o fundo garantidor de parcerias público-privadas e o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura – FDA. Aplicações: melhorias na área de saúde e de educação; ampliação da rede educacional em regiões carentes; pagamento de dívidas de exercícios anteriores; capitalização e viabilização do fundo garantidor de parcerias público-privadas; e capitalização do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura.

Como esse trabalho foi constituído? A coordenação foi nossa, a parte das escolhas de imóveis e a parte de comercialização passou pela Terracap; a análise da destinação de uso foi da Segeth; a análise jurídica, a Procuradoria Geral do Distrito

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Federal; a participação da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas sob regras do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas e capitalização do mesmo.

Foram inicialmente escolhidos 58 terrenos, além das áreas do SAAN, e estamos trazendo a audiência pública. Foram levadas 33, e na audiência foram retiradas 2, ficando 31, e mais o SAAN, 32 áreas. Ficou pequeno isso aqui, mas essa talvez seja a parte mais interessante.


A questão do impacto, antes de chegar aqui. Qual a questão disso no patrimônio do Distrito Federal? Nos registros da Secretaria de Fazenda, que é quem tem a contabilização da parte do patrimônio, existem em torno de 3.200 terrenos próprios do GDF vagos. Nós estamos falando em torno de 31, 32 terrenos. Quer dizer, não é algo que vá comprometer a estrutura patrimonial do Distrito Federal.

A segunda coisa é a análise da Segeth. Por que, da análise inicial da Terracap, saíram 58 e ficaram 32 terrenos? O que aconteceu com os outros 26, 27 lotes? Foram lotes que a Segeth achou, por algum motivo, que em algum espaço de tempo previsível poderiam ter alguma utilidade para equipamento público. Por exemplo, um terreno destinado a hospital em Águas Claras, a Segeth pediu para retirar. Por quê? Existe pouco espaço que poderia ser destinado à saúde na região. É um terreno com alto valor econômico, mas foi retirado. Um terreno na Ceilândia próximo ao Pôr do Sol e Sol Nascente – é dentro da Ceilândia, mas ali pode ser feito um equipamento público para atender a uma região carente – foi retirado. Várias áreas de Samambaia também foram retiradas. Em que pese terem um valor econômico razoável, foram retiradas porque pode ser necessária a construção de equipamento público na cidade que ainda não está completamente formada. A análise foi bastante criteriosa.

Esses imóveis foram submetidos à audiência pública. O processo ficou trinta dias à disposição da sociedade, para que houvesse análise. Foram distribuídas cópias para quem solicitou. Estamos cumprindo todos os ritos necessários para chegar a esse momento do projeto.

Quanto à destinação dos anexos, tesouro sem destinação específica, área do SAAN, 119 mil metros quadrados e valor estimado em 197 milhões. Anexo II, tesouro destinado à saúde e educação, 134 mil metros quadrados e valor estimado em 234 milhões. Tesouro destinado para pagamento de dívidas, 228 mil metros quadrados e valor estimado em 233 milhões. Tesouro estrutura da educação em regiões carentes, 110 mil metros quadrados e valor estimado em 235 milhões.

Com essa da educação em regiões carentes, o que estamos fazendo? É interessante que se comente também. São terrenos destinados à construção de equipamentos de educação principalmente na região dos lagos. Alguém imagina hoje construir mais escola pública no Lago Sul? Tem utilidade uma escola pública no Lago Sul? Há aluno no Lago Sul em escola pública? Provavelmente não. Hoje começam a existir vagas ociosas na rede pública do Lago Sul, das Asas e do Lago Norte,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

basicamente. O que estamos fazendo? Vendendo esses terrenos e destinando para equipamentos públicos de educação em região de índice de desenvolvimento humano abaixo da média do Distrito Federal. Quer dizer, como eu não posso carregar a sala de aula do Lago Sul para o Pôr do Sol, Sol Nascente e regiões limítrofes de Samambaia, o que estou fazendo? Estou vendendo a terra e dando a destinação de construção de unidades nessas áreas.


Uma parcela pequena, 3.500 metros quadrados e valor de R\$2.679.000,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), para capitalização do Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR. Houve um problema de capitalização no fim do ano passado, agora ele está sendo recapitalizado. A questão do FDR é que ele empresta para o pequeno agricultor que não consegue chegar à rede bancária. Então, é um impulso para o FDR.

Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, área de 144 mil metros quadrados e valor de 188 milhões. A ideia dessa venda é para dar alguma liquidez ao fundo. O que é interessante? O que o parceiro público-privado quer? É o problema que temos hoje no CENTRAD – Centro Administrativo do Distrito Federal. Ele quer que haja pelo menos um colchão de liquidez suficiente para pagar seis parcelas, para que ele tenha alguma garantia efetiva. Esse dinheiro não é para ser utilizado, é para ser aplicado, mas ele tem de ser líquido. Caso haja rompimento de pagamento, que exista ativo líquido acessível ao parceiro. Um dos problemas que estamos tendo hoje em ocupar o Centrad é a inexistência dessa liquidez.

Temos um fundo garantidor de PPPs e garantias muito imobilizadas. Temos glebas dos lotes com valor alto, mas absolutamente pouco líquidas. O parceiro privado, em princípio, rejeita essas garantias como a totalidade das garantias da parceria. Ele quer pelo menos uma parte monetarizada, ou monetarizável.

A destinação é basicamente essa. Esse projeto está aqui e vai começar a ser discutido na Câmara. Ele monta a pouco mais de 1 bilhão. Qual é o ponto fraco disso? É uma solução de mercado. A grande parte que está aqui, está no mercado. Qual o problema de uma solução de mercado? Eu preciso ter mercado, tanto que para o orçamento do ano que vem, esse projeto monta a 1 bilhão e 100. Estamos prevendo 540 milhões de origem desse projeto. Pretendemos ter, se tudo der certo, alguma coisa este ano, e uma parcela que estamos orçando em 550 milhões. Se houver um sucesso maior, melhor. Mas é um projeto que depende de mercado, a Terracap vai colocar esses lotes, esses trechos à venda.

Há algumas coisas muito boas, e algumas já têm demanda. Terrenos de hospitais aqui em Brasília têm uma demanda aquecida. Algumas áreas têm demandas aquecidas, outras não. É basicamente isso. A ideia é conseguir pelo menos duzentos e poucos milhões para iniciar o pagamento daquilo que está estimado. Está estimado, em despesas de exercício anterior, algo em torno de um bilhão e pouco, entre custeio e investimento, e duzentos e poucos milhões de restos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 9

a pagar, ainda não pagos até este momento. Nós temos perto de 1 bilhão e 300 de dívidas de mercado, ainda vindas do ano anterior.

É basicamente isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. Vamos dar prosseguimento.

SR. RENATO JORGE BROWN – Eu peço desculpas, porque vou me ausentar. Tenho de ir à Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Dr. João está dizendo que o senhor vai cuidar de umas emendas do Orçamento da União.

SR. RENATO JORGE BROWN – Sim, estou indo para lá. Com licença, e obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora o Sr. Luiz Afonso Delgado Assad.

SR. LUIZ AFONSO DELGADO ASSAD – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Chico Vigilante, obrigado por esse convite. Agradeço.


O Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Adjunto de Fazenda, tem nos recebido sempre com muita presteza. O nosso amigo Hermes de Paula é grande parceiro. Todas as vezes que batemos a sua porta, está sempre de braços abertos. O meu amigo Jamal Jorge Bittar, Presidente da Fibra, tem nos dado apoio direto em tudo. O Sr. Luiz Carlos Botelho é companheiro e parceiro do Sinduscon.

Senhoras e senhores, a construção civil hoje, como o Deputado Chico Vigilante falou no início, e nós temos conversado sobre isso bastante nesses dez meses de governo, a construção civil é que – todos nós sabemos – movimenta a cidade, que gera emprego e que começa a movimentar a economia. Foi visto no *Jornal Nacional* há uns quatro ou cinco dias que o está impulsionando a Colômbia hoje é a construção civil.

O próprio presidente, dando uma entrevista antes do jogo da Colômbia, nessa eliminatória, comentou isso, mostrando como a Colômbia cresceu 4% no ano passado. Este ano, o crescimento vai cair um pouco para 3%.

O que temos conversado e gerado preocupação, em que pese o Secretário Júlio Peres, junto com o Hermes, na Novacap, ter colocado algumas obras para girar, é recomendar a trabalhar com recursos do Banco do Brasil juntamente com o DER e com recursos de mobilidade.

Temos hoje algumas obras paradas, e esse é o objeto da nossa reunião, além da necessidade de impulsionar o setor. Hoje a Secretaria de Obras, a Novacap, na área de infraestrutura e algumas edificações, estão com 101 obras paradas. Paradas por quê? Estão paradas por falta de licenciamento ambiental, algumas – um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 10

grande calo que o Presidente Hermes tem aqui –, umas, por falta de recurso; outras, em função da situação de restos a pagar e dos apertos que o Estado está passando. A gente entende as dificuldades por que o Estado está passando. As próprias empresas deixaram de receber hoje e estão sem certidão. Além desses motivos, há algumas que estão paradas por interferências diversas, e são obras que até têm recursos – Hermes, depois me corrija se eu estiver errado. As obras do Sol Nascente e Vicente Pires, por exemplo, estão com uma série de interferências e com pedidos de licenças que não as deixam funcionarem. Isso tem gerado problemas para as empresas, pois as licitações já foram realizadas e os contratos já foram assinados. Isso não tem deixado a economia andar e dá um montante em torno de uns 700 milhões, entre Sol Nascente e Vicente Pires. São 759 milhões em obras que estão paradas, que têm recurso, mas que, por problemas de licença, interferências, tem gerado problema para as empresas começarem a trabalhar.

Há uma série de obras também que a gente tem que ir conversando e tentando colocá-las para girar. São obras que, para serem concluídas, faltam apenas 10%, 20%, 5%.


Eu acho que o Estado, o Distrito Federal tem que dar uma olhada nessas obras. São obras que estão na fase final, que já estão executadas. O patrimônio está ali e está se estragando, se deteriorando. Não podemos deixar isso acontecer. São algumas ciclovias, recuperação de vias, calçadas, vilas olímpicas, PECs. Algumas dessas obras paradas e outras a gente pode colocar para funcionar com pouco recurso. É isso o que eu falo, às vezes, com pequenas ações e pontualmente trabalhando – em que pese, Secretário Adjunto Fleury, os recursos curtos, nós sabemos disso –, com pequenos e poucos recursos, nós colocamos uma série de obras de pequeno porte para funcionar e a cidade começa a gerar alguns empregos.

Na parte de creche, que o Deputado Chico Vigilante colocou, o governo passado encerrou com dezenove creches em construção. Dessas dezenove creches, a execução está lenta. As empresas estão num ritmo não muito acelerado, por quê? Porque estão faltando recursos tanto da Fonte 100, quanto do FNDE, que está transferindo à conta-gotas.

Então, é necessário que o Estado faça uma pressão no FNDE para que essas obras ganhem agilidade, pois as empresas hoje, em função do arrocho financeiro, estão realmente tocando numa velocidade mais lenta.

Sobre as dezenove creches, o que surpreende – o que aconteceu nesse período – é que algumas empresas abandonaram essas creches. Não querem executar. Por quê? Por medo de não receberem, com medo de tocar a obra e levar sessenta, noventa dias para receber.

Esse tipo de coisa tem gerado preocupação ao empresário. Então, alguns realmente desistiram dessas obras. Para vocês verem, são nove obras hoje paralisadas, o que é ruim. Estão chamando o segundo colocado para assumir – que é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	

um procedimento normal –, mas acaba gerando preocupação. Isso está acontecendo em uma obra importante para o Distrito Federal, que é a construção das creches, que resolvem o problema de muitas mães que precisam trabalhar e não têm onde deixar os seus filhos.

Fora isso, na educação também, deputado, nós temos as manutenções de escolas. Já foi pedido na Secretaria de Planejamento a liberação de alguns recursos para, justamente, nos próximos noventa dias, no final do ano, continuar essas manutenções. Encerrou o ano com esses recursos, e as empresas trabalham para começarem o ano letivo com as escolas arrumadas para fevereiro do ano que vem. Existem hoje sete milhões para encerrarem essas manutenções.

Na Secretaria de Saúde, também está praticamente parado o contrato de manutenção, e essa manutenção é muito importante para os hospitais. Nos próximos oito meses, até abril do ano que vem – não precisa ser tudo de uma vez –, mas gastam-se 28 milhões de reais e isso recupera hospital, arruma parte elétrica e outras coisas mais que estão com problema.

Há hoje na saúde, duas obras de grande importância. Quem anda ali no Lago Sul vai ver uma obra parada ali na QI 23. É um posto de saúde, que está para por falta ação da Secretaria junto à Caixa Econômica.


Com as mudanças na Secretaria, com a troca de posto – entram pessoas novas, e as pessoas novas precisam de tempo para tomarem pé da situação –, realmente esse posto de saúde está parado há quase um ano.

A reforma da Farmácia Central do Hospital de Base está parada há quase oito meses. Essa é uma obra muito importante também e será feita com recursos da Caixa Econômica.

É isso que nós temos sentido. O setor está preocupado. O setor quer trabalhar e quer ajudar, mas, ao mesmo tempo, põe o pé no freio por causa dessa preocupação. Temos comentado sobre isso. Eu estava falando agora com o Hermes sobre essas preocupações.

Nós entendemos a dificuldade de caixa que o governo está tendo. Conversei com o Hermes. Sabemos que existem algumas dificuldades, e esta Casa pode ajudar na solução delas. Por exemplo, hoje a Novacap tem uma dívida em torno de 42 milhões com as empresas de construção. Se fizer um limpa nesse quadro, pode ajudar. É só pegar dívidas de até 250 mil, são 2 milhões e 700 mil reais; dívidas até 500 mil, é 1 milhão e 900 mil reais; dívidas de 500 mil a 1 milhão de reais, são 2 milhões e 500 mil. Com 7 milhões e 200 mil reais, você mata 29 empresas, pequenas empresas. A maioria dessas empresas que têm esses valores a receber são pequenas empresas, que estão numa dificuldade danada.

A gente vê o Secretário Adjunto de Planejamento, Renato, colocando a venda de lotes, essas coisas todas, mas a gente sabe que as empresas hoje estão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 12

totalmente descapitalizadas. O que está acontecendo com o setor da construção é que nós estamos descapitalizados.

Então, com esse cronograma da Novacap você mata 29 empresas. As que têm a receber acima de um milhão de reais são sete empresas, que somam 33 milhões. Então, mata essas 29, tira essas 29 do sufoco, abastece essas empresas com recursos – e com poucos recursos. A gente sabe que está apertado.

Não estou falando que o Fleury vai chegar lá na Secretaria da Fazenda, assinar o cheque e pronto: “Paga o povo”. A gente sabe que não é assim; a gente sabe da dificuldade dele, mas podemos fazer um cronograma, em que pese também – o Hermes colocou – a dificuldade da cronologia. Nós sabemos.


Nós já estivemos – eu e o Presidente Luiz Carlos – já estivemos com o Presidente do Tribunal de Contas para tentar quebrar essa cronologia das dívidas de 2014, porque você vai resolvendo o problema dessas pequenas empresas.

Para vocês terem outra visão disso, hoje na Secretaria de Infraestrutura, com dívidas de até 250 mil, há 30 empresas, o que dá um valor de 3 milhões e 500 mil reais; com dívidas de até 500 mil, há mais seis empresas, o que dá 2 milhões e 800. Portanto, se você juntar Novacap e Secretaria de Infraestrutura, com 14 milhões, você mata quase 66 empresas, você dá uma limpa em 2014, nas dívidas de 2014, você começa a resolver esses problemas.

Como foi colocado aí pelo Fleury, realmente tem coisas de 2012 que também acho que têm que ser pagas, mas tem-se que ir matando essas coisas devagarinho, dentro de um planejamento. Na Secretaria de Saúde hoje, em relação a dívidas do passado com manutenção, nós temos aí dezesseis empresas com 3 milhões e 300 mil. Fleury, fazendo um pequeno comentário aqui, a nossa preocupação, a preocupação das empresas é que houve um compromisso de pagar as despesas de 2005, mas nós estamos tendo pequenos atrasos em função do caixa. A gente entende, mas as empresas têm ficado preocupadas com isso também. Para você ver, na Saúde, nós temos hoje dezesseis empresas com 8 milhões de reais atrasados. Quer dizer, alguma coisa já foi paga, já caiu um pouco. Então, tem sido gerada uma certa preocupação com esses atrasos.

Na Educação também, tem umas mensagens sobre creches que nós conversamos com vocês. O Governador quer entregar essas creches. Tem lá 1 milhão e 800 mais ou menos que as empresas estão aguardando receber, de recursos de 2015, e realmente está demorando um pouco. Entendemos, sabemos da dificuldade de caixa. Quero deixar isso bem claro. Não adianta a gente só bater. A gente sabe dessa dificuldade. A gente está aqui para colaborar e tentar arrumar uma solução para isso.

Então, esse é o cenário que o setor tem visto. O setor está pronto para colaborar, o setor está pronto para participar das ações com o governo. O que o setor sempre fala, e eu repito isso sempre em todas as reuniões que eu faço com os

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	

membros do governo, é que o nosso setor e as empresas de construção civil de Brasília, as pequenas e médias empresas, não estão envolvidas na Operação Lava-Jato. As pequenas empresas de Brasília são de Brasília. Tem empresas com 35 anos, 40 anos, 38 anos, 20 anos, 15 anos. São empresas que recebem dinheiro aqui, deixam o dinheiro aqui, investem nesta cidade. Isso é uma coisa que quero deixar bem claro, porque tem hora que nós entramos numa reunião e falam assim: "É empreiteiro!". Aí todo mundo já vem com sete pedras para cima de nós achando que só queremos confusão. Não, nós queremos trabalhar, nós queremos fazer esta cidade crescer. É o que eu sempre falo.

Meu pai chegou aqui em 1958, meu sogro chegou em 1957, minha esposa é nascida aqui, meus filhos são nascidos aqui, e eu praticamente sou nascido aqui. Meu pai construiu esta cidade, abriu o Gama com o Luiz Henrique Duarte. Então, papai abriu o Gama, papai foi um cara que construiu muita coisa nesta cidade. Gostamos de falar isso para as pessoas entenderem que nós somos colaboradores e queremos ver a cidade crescer.

Isso é um quadro que eu quis aqui colocar para vocês. Estamos prontos para ajudar no que for preciso para que possamos resolver esses problemas e solucionar os problemas das empresas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Afonso.


Quero registrar aqui a presença do Deputado Ricardo Vale, da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. gostaria de fazer uma saudação agora? Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, tenho uma reunião na Procuradoria. Então, usarei a palavra muito rapidamente. Eu não poderia de deixar de passar aqui para saudar os amigos.

Em primeiro lugar, Deputado Chico Vigilante, quero parabenizá-lo mais uma vez pela nobreza da iniciativa. Sabemos o difícil momento por que o Distrito Federal passa. Apesar de sermos Deputados de Oposição e sermos duros e firmes nas nossas posições, também somos responsáveis. Acho que disso o Governador Rollemberg não pode reclamar. Então, temos tido posições, volto a dizer, duras, mas, quando Brasília precisa de nós, temos demonstrado muita seriedade.

Quero saudar o Secretário Adjunto de Fazenda, Sr. João Antônio Fleury Teixeira. Quero saudar o Presidente da Novacap, Sr. Hermes de Paula. Prazer em revê-lo, Sr. Hermes. Quero saudar o meu amigo Jamal Jorge Bittar, que é Presidente de Federação das Indústrias. Mais uma vez, é um prazer estar junto com você. Quero saudar o meu amigo Luiz Carlos Botelho, que é Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Prazer em revê-lo, Luiz. Já fazemos parte do círculo de amizade. Quero saudar o meu amigo Luiz Afonso Delgado Assad, Presidente da

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14


Associação Brasiliense de Construtores. Quero saudar o meu companheiro de viagem e amigo pessoal João Accioly, que é vice-presidente do Sinduscon. Prazer, João. Se Deus quiser, no final do ano, estaremos lá em Natal de novo.

Eu fico muito à vontade, Chico, para falar nessa audiência, primeiro, porque não sou empresário, sou servidor público, tenho 28 anos de segurança pública, aposento agora no final do ano, sou policial civil. Por acaso, acabei me encontrando com o setor empresarial, com o setor produtivo e acabei me transformando em vice-presidente do setor produtivo por uma razão simples: por ter entendido que a máquina, o combustível dessa cidade é exatamente vocês, principalmente a construção civil.

Eu espero que o governo tenha o mesmo entendimento que eu, porque eu, apesar de não entender nada dessa área, em pouco tempo, aprendi isso. Acho que o governo, que sabe muito mais do que eu, que tem pessoas muito mais preparadas, deve também entender isso, porque Brasília caminha para uma situação de crise e, se não houver imediatamente uma reação, podem ter certeza absoluta – esta Casa é a caixa de ressonância, João – de que nós vamos para o caos. Aí não precisa ser vidente, não. O que está acontecendo em Brasília é uma tragédia anunciada. É preciso que se invista sim em quem gera empregos, em quem gera riqueza, que é exatamente o setor produtivo. Volto a dizer, estou muito tranquilo, porque não sou empresário, sou servidor público e, daqui a uns dias, estarei me aposentando nessa condição. Então, é importante que haja essa sensibilidade.

Entendo que o governo passa por um momento difícil e tem buscado alternativas. Sou testemunha disso. Agora é preciso... Afonso, eu tenho achado que vocês têm tido paciência até demais. De vez em quando, conversamos, eu quero ser mais duro, e, às vezes, o Luiz, o João, o Pimenta me liga e diz: "Deputado, dá uma segurada, porque nós vamos tentar achar uma saída." Ou seja, demonstra a seriedade, Deputado Ricardo Vale, com que esse setor está tratando o momento. Então, da mesma forma, Deputado Chico Vigilante, o governo tem que ver esse setor, buscando alternativas, buscando saídas. Essa situação das obras que o senhor muito bem aborda hoje, é preciso encontrar saída para ela.

Volto a dizer, o fato hoje de os secretários estarem aqui – e agradecemos a presença, secretários – já é uma demonstração de boa vontade, já demonstra claramente um sinal por parte do governo, mas o governo tem que ir além disso, o governo tem que ter criatividade e coragem. Se o governo se deixar pautar pelo Ministério Público, simplesmente não vai fazer nada. Se a LUOS não vier para esta Casa, se nós não pudermos discutir iniciativas que favoreçam o crescimento dessa cidade, não precisa ser no final de quatro anos, não, Deputado Chico Vigilante, no final de dois anos, V.Exa. vai ver o que vai virar esta cidade. E tem um tal de Marcene Pirilo aqui do lado. Rapaz, o homem voa. As empresas vão para lá – podem esperar –, porque lá não tem tanta pressão de Ministério Público, lá as coisas andam. E é assim que o Estado tem que funcionar mesmo, tem que haver incentivos. Estou

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

mentindo, Luiz? Pelo amor de Deus! Volto a dizer que não sou empresário, entendo muito pouco. Então, é importante que o governo tenha essa dimensão: há uma concorrência sim com o Estado de Goiás. E é natural do processo. É importante. Eu não estou fazendo crítica aqui ao Ministério Público. As amarras do Ministério Público vão existir sempre. Fazem parte do processo. Mas o governo tem que enfrentá-las de forma legal. Tem que ter coragem.

Para não me alongar – porque eu não sou o personagem principal, os personagens principais estão nesta Mesa –, eu quero mais uma vez me colocar à disposição do setor produtivo, e me colocar à disposição do governo, mesmo na condição de Oposição, mas de uma Oposição responsável, para ajudar naquilo que for possível.

Eu quero mais uma vez dizer que, se o governo quiser realmente dar certo, eu acho que tem que começar a investir naqueles que podem gerar empregos e riquezas.

Um dia desses eu ouvi um dado preocupante demais do Luiz. Luiz, volto a lhe dizer, você poderia não ter me dado aquela notícia. O Luiz me disse que nós começamos o ano com 90 mil empregados na construção civil e devemos terminar com 12 mil. Vocês imaginem um dado desses. Vocês imaginem a situação em que Brasília se encontra. Tomara que a gente reverta essa situação e que essa previsão caótica não se instale. Porque, se começar o ano que vem com 12 mil, a gente deve terminar com um déficit de menos 90 mil no final do ano que vem. É preocupante demais.

E não é obrigação só do governo, não. É obrigação nossa, inclusive como Parlamentar. Muito mais do que reclamar, o Parlamento tem que ter ações proativas. Esta Câmara tem tentado, inclusive ouvindo vocês. A gente tem tentado fazer isso.


Deputado Chico Vigilante, parabéns mais uma vez, meu amigo, por esta iniciativa. Boa sorte. Desculpe eu não poder ficar até o final. Mas eu quero desejar boa sorte. Desejo ao Governo do Distrito Federal que encontre saída. Volto a dizer, não tenho dúvidas de que vocês estão buscando alternativas, mas que as ideias se tornem práticas. Que saiamos da tese e entremos na prática para ajudar Brasília a sair deste momento crítico no qual nos encontramos.

Muito obrigado, um abraço a todos vocês. Que Deus abençoe. Sucesso nesta comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Convido para integrar a nossa Mesa o Sr. Maurício Canovas, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Botelho, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	

SR. LUIZ CARLOS BOTELHO – Boa tarde a todos. Eu agradeço muito o convite do nosso Deputado Chico Vigilante para fazer parte desta comissão geral. Respeitosamente, na pessoa dele saúdo a todos os membros da Mesa e os senhores aqui presentes.


Nós tivemos o cuidado de gerar uma divisão de trabalho com a nossa associação na construção civil de Brasília, que é a ASBRACO – Associação Brasiliense de Construtores, através do nosso amigo Luiz Afonso. Aproveitando os dados dele, vamos vestir o que está acontecendo.

Está acontecendo o seguinte: nós começamos o segundo semestre do ano passado perdendo postos de trabalho na construção civil. Nós então tínhamos 90 mil postos de trabalho. Esse número vem caindo e já está inferior a 20 mil postos de trabalho. Ao chegar fevereiro, estaremos entre 8 mil e 10 mil postos de trabalho. Estão sendo demitidos, no Distrito Federal, 47 engenheiros por mês. Qualquer conta que vocês fizerem dá em pelo menos 150 a 200 operários ou postos de trabalho por engenheiro. Nós já fizemos quase 500 demissões de engenheiros este ano, de janeiro para cá. As consequências dos números e do comportamento das planilhas, iluminadas aí pelo Afonso, são muito altas.

Referencialmente, nos Estados Unidos da América, que colocam estatística em tudo, quando a construção civil adquire tendência de cair 1,5%, acende-se a luz vermelha. Caiu 5%, já é, certamente, crise imediata na economia, porque a construção civil é consumidor final da quantidade praticamente total de itens produzidos pela indústria, e nós estamos falando de mais de 1 milhão de itens. Com isso, o Distrito Federal, por exemplo, não tendo a construção civil como sua constante mola maior de produção, está derrubando a arrecadação fiscal do Estado, e derrubando muito altamente.

Para vocês terem ideia, a conta de dois meses atrás era de 90 mil sobre 20 mil empregados, o que dá 450%. Imaginem: nos Estados Unidos, que é a referência, 5% é alarme. Aqui, nós já estamos com 450%, e em fevereiro será maior ainda, será 900%. Ou seja, um cemitério produtivo. Mas está assim. Porque está se conjugando todo o setor público de obras públicas, todo o setor de obras próprias – das pessoas e das empresas, de uso próprio –, todas as obras que são de empreendimentos, de incorporação. Então, juntou tudo, seja infraestrutura, sejam edificações, seja reforma, sejam adequações, seja manutenção – todo o universo.

E eu vou acrescentar um: em trinta dias próximos, se o governo não pagar as duas empresas que recolhem lixo – contas de 2014 –, elas irão para recuperação judicial, e nós não vamos ter recolhimento de lixo. Não vai mais de trinta dias. A conta é milésimos da folha de pagamento, mas a cidade não precisa só de funcionários, a cidade precisa do recolhimento do lixo, a cidade precisa de outros elementos. Eu já estou informando que em trinta dias nós vamos ter aquele problema que houve no Rio de Janeiro, mas lá eles estavam num momento em que


		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

foi possível resolver o problema. Eu dou o número: 15 milhões para uma, quinze 15 para outra. Elas não têm mais capital, porque a rentabilidade da questão é pequena. Estão recebendo 2015. Há algum atraso, que será pago, mas é preciso reformular a condição do capital de giro delas, porque elas não têm mais onde pegar dinheiro emprestado também.

Prosseguindo, para termos um entendimento mais denso, em maio, na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, nós tivemos a coragem de gritar que sem investimento não tem salvação, porque o investimento é a energia que proporciona a arrecadação. Fizemos isso de uma forma firme, dizendo que eram necessárias metas de imediato prazo, metas para este ano e um programa para o ano seguinte. Aí, dizem assim: "Não temos dinheiro". Mas temos como tirar impedimentos, temos como retirar obstruções burocráticas e outros tipos de obstruções que não precisam de dinheiro, precisam de atitude! Precisa de atitude! E não foi tirado pelo poder da ressurgência na formação de capital e na geração de soluções, ainda que lentamente, mas caminhando. E nós não temos caminhado para frente; temos feito regressão por falta de atitude. As atitudes estão começando a navegar, mas muito lentamente. Atitude custa trabalho, percepção e decisão.

Hoje, nós precisamos aqui analisar a construção civil. O quadro que o Afonso mostrou diz que é preciso, para poder soltar sessenta empresas do Cadafalso e permitir que, no ano que vem, elas possam trabalhar, seja em pequeninos serviços, seja onde possam e onde o Estado vai precisar, e terá que fazer, 80 milhões de reais. É muito? Para o Distrito Federal, cujo orçamento é acima de 30 bilhões, não é! Só que é preciso uma coisa: priorizar.

Há ações aqui que podem ser tomadas muito mais rapidamente. O Afonso citou aqui – e isso é verdadeiro e há um trabalho – que 30 milhões que a Terracap forneça à Novacap já retiram sessenta empresas da dificuldade e abre um espaço. Isso está sendo trabalhado no governo, mas não tem agilidade, não sai. Isso não está a depender da Novacap, da secretaria de obras, mas está pronto! O trabalho foi feito! Há um planejamento grande, programático, com dinheiro da área federal, de bancos, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES e outros. Eles ainda têm pouco dinheiro, mas têm que circular o dinheiro. Está pronto lá, mas, se não tomarem providências em outubro ou novembro – porque dezembro é um mês que não existe, mas vamos incluí-lo –, isso só vai sair lá para junho ou julho do ano que vem. É muito longe. Não dá mais para esperar! O trabalho de lá está feito, mas é preciso atitude, acima da secretaria de obras, para realizar aquilo que eles já fizeram: um belíssimo trabalho de reunir as frentes que podem ser produzidas. São frentes da secretaria a área da Caesb, da CEB, da limpeza urbana, da área tradicional da Novacap e outras lá. Há muitas coisas que estão agora preparadas, mas é necessário consolidá-las agora, senão vai ficar para o ano seguinte ao que vem. Esta cidade não suporta isso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18


Quero também chamar atenção para o seguinte. O pai do Afonso veio para cá em 1958; eu vim em 1956. Aqui nós temos um amigo dileto, o Hermes, que eu conheci recém-nascido, lá no Torto, bem mais novo que eu. A gente nunca imaginou que esta cidade fosse atingir a população que tem, mas todas as previsões já nos levam para mais de 7 milhões. Quando a cidade era para 500 mil habitantes e tinha outra condição, o fundo constitucional, que foi mudado... antes havia outro tipo de fornecimento e recurso da área federal. A cidade foi feita para abrigar a administração pública federal, mas hoje ela não só abriga a administração pública federal, e vai cada dia abrigar menos. Então, ela tem que ter sua fonte de geração de riqueza para poder gerar os impostos para sobreviver. Com três milhões de habitantes, olhem a quantidade de policiais militares que nós temos de demanda! Lá atrás, quando eram quinhentos mil, o dinheiro que vinha da União sobrava. Até o primeiro governo, do Governador Roriz, o Distrito Federal não tomava empréstimos, tinha recursos sobrando para frente. Hoje, o Distrito Federal tem que fazer os financiamentos porque não gera renda suficiente para essa manutenção de uma população crescente. Então, não se pode continuar a impedir a construção civil de produzir.

Os dados estão aqui. Há o critério de cronologia para pagar. Nós respeitamos os demais credores do Distrito Federal, mas também eles entendem que, se não se ressuscitar a construção civil, para eles é pior. É necessário que a gente tenha uma solução para essas condições que o Afonso colocou.

Digo mais, e eu vou dizer em primeiro momento, sem temer o Ministério Público, porque ele já deferiu judicialmente que pode ser feito, nós temos o direito, nós segmento da construção civil, porque fomos nós que entramos em dezembro com relação ao empenho cancelado. O Ministério Público já definiu, está dependendo de uma sentença judicial e dependendo de outra coisa. Para resolver esse imbróglio e soltar a construção civil, depende-se de uma providência única: que a Procuradoria do Distrito Federal, de ofício, não entre para julgar o processo para cima, pois a decisão pode ocorrer em uma semana. Pelo contrário, tem que simplesmente informar que está tudo ok. Com isso, as dívidas da construção civil passarão de RD – Reconhecimento de Dívida – para restos a pagar, porque o Sinduscon agiu lá em dezembro.

Esso é nosso pedido aqui, Deputado Chico Vigilante. Estamos pedindo à assembleia e a quem possa ajudar. Vamos ao governador também pedir. Coloque para a justiça que está de acordo que a decisão sai de imediato, e não recorra de ofício para outras instâncias judiciais e libere a construção civil. Liberdade já! É o que estamos exigindo e pedindo. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Luiz.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 19

Tenho certeza de que esta audiência está sendo realmente muito importante. Os dados, Luiz, que você está colocando aqui... Nunca eu tinha ouvido falar, por exemplo, que podemos chegar a 900% de desemprego na construção civil.

Temos aqui um jornalista que eu considero um dos mais sérios e competentes desta cidade, o Yuri, da *TV Record*. Acho que ele está anotando tudo e seguramente vai aprofundar essa pauta porque, realmente, é extremamente preocupante a situação colocada pelo senhor.

Quero registrar a presença do nosso Secretário Adjunto da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, o Maurício Canovas, uma pessoa muito conhecida, um amigo por quem nós temos o maior respeito.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Fibra, Jamal Jorge Bittar.

O Jamal vai ficar falando e eu vou dar uma entrevista para o Yuri, mas volto em seguida.

Antes de sua intervenção, Jamal, quero dizer que a minha assessoria de vídeo está gravando tudo. Nós vamos transformar em um vídeo geral, mas essa sua fala, presidente, vamos transformar num vídeo específico, porque Brasília tem que se preocupar efetivamente com os dados colocados pelo senhor. Esses dados são estarrecedores.


Jamal, você está com a palavra.

SR. JAMAL JORGE BITTAR – Presidente, antes que V.Exa. se ausente – minha fala é breve até porque minha voz não está me ajudando no momento –, cumprimento-o.

Primeiro, boa tarde a todos e todas. Cumprimento o Presidente desta Mesa, Deputado Chico Vigilante, guerreiro. O Chico a gente respeita muito. É um polemista muito respeitado na cidade. Polemiza de forma produtiva e inteligente, de forma que V.Exa. é admirado por todas as partes, inclusive, por aqueles para os quais inicialmente pode haver um contexto não inicialmente bem atendido. Eu acredito que o representante dos trabalhadores sempre esteve ao nosso lado e estará, com a inteligência que tem, ao lado do empresariado também porque sabe que ele é gerador de riqueza e de emprego. Então, essa é uma base, um entendimento, cumprimento-o por isso.

Boa tarde, Sr. Secretário-Adjunto Fleury; Sr. Secretário Adjunto de Infraestrutura, Maurício Canovas; Presidente da Novacap, Hermes de Paula; meu amigo Botelho; meu amigo Afonso; eterno amigo Jorge Salomão, cumprimento-o, com bastante estima, e alguns Deputados que estavam e estão aqui.

Toda minha fala seria redundante na medida em que os especialistas são aqueles ligados diretamente ao Sinduscon, Asbraco... Procurei, para cumprimentar, nosso Deputado e não o vi, desculpa. Nosso Deputado Ricardo Vale. Estava dizendo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20


que seria redundar com dados, pois o setor da construção civil os tem com maior profundidade.

O que nós temos a acrescentar é que o segmento da construção civil é um grupo integrado à Federação de Indústrias; portanto, é parte da federação. É um segmento que representa 3,5% da atividade econômica do Distrito Federal. Ele tem que ser considerado com luz verde, vermelha, amarela, lilás a cada momento em que se movimenta negativamente. Essa federação da indústria, que representa também a construção civil incorporada no seu contexto, também se preocupa com todos os seus outros segmentos, mas, sobremaneira, um segmento que tem uma capacidade avassaladora de provocar riqueza, que atinge muitos outros, que tem uma capacidade de replicação que quase nenhum setor tem, e que atende algo muito esquecido na sociedade, o primeiro emprego, coisa que o Deputado Chico Vigilante falou aqui. Infelizmente nós somos reféns da nossa má formação educacional e, talvez, dentro da construção civil, seja o único lugar em que aquele homem comum e simples consegue o primeiro emprego e dali galga alguma questão no sentido da formação, educação.

Então, isso nos preocupa, mas, penso e acredito, vejo poucos momentos com tanto otimismo como agora, porque eu tenho visto uma Câmara Legislativa extremamente responsável, preocupada com todos os temas da cidade, não só corporativos. Tenho visto uma Câmara que tem andado junto com o empresariado, tanto quanto com outros segmentos. Por isso, eu cumprimento todos os que participam desta Casa, porque, até alguns momentos atrás, nós vimos uma Câmara que disputava muito mais questões corporativas de interesses particulares, setorizados e que pouco atendiam o segmento, claro com exceções, mas não como esse corpo toma hoje para atender as demandas do setor produtivo. É a primeira legislatura em que eu vejo tantas ações ligadas à Câmara no sentido de atender e promover a ação do setor produtivo. Vejo o próprio setor produtivo amadurecido, debatendo, questionando, agregado. Isso é bastante importante.

E vejo também o Governo do Distrito Federal bastante engajado nessa luta, não tendo outra alternativa – também se quisesse teria dificuldade de encontrá-la –, trabalhando para que nós possamos, em conjunto, criar uma situação de desenvolvimento para Brasília. Nós temos visto que há um empenho bastante contundente do Governo do Distrito Federal para buscar alternativas que têm promovido, não obstante os momentos políticos e as questões orçamentárias, bastante complicados e comprometedores. Mas, mesmo assim, ainda buscando uma questão de diálogo com setores, e se preocupando muito, principalmente quando se autorreformula na sua parte executiva, dialogando com a Oposição.

Nós temos visto a Oposição ajudando muito em questões tão importantes para a aplicação de certas políticas de governo. E, diante de alguns esforços que temos visto agora, uma reestruturação de quadros de composição do Governo do Distrito Federal, acredito que com essa agenda vencida, nós possamos continuar

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 21

cobrando resultados concretos do governo, que tem se mostrado bastante sensível a isso, para que nós comecemos a realizar.


Viremos a página da discussão sobre folha de salário, sobre pagamento, tão importante, obviamente, para a cidade. É um motor que circula, que ajuda a economia, mas a cidade – como colocou o Botelho – precisa de muito mais do que isso. Aliás, ela precisa do setor, precisa do enriquecimento pelo trabalho. A oportunidade do trabalhador encontra-se em enriquecer essas empresas, quando se cria condições para elas. Ou você dá condições ao trabalho – se gera emprego, se gera renda.

Então, efetivamente, acredito que nós temos a etapa vencida, e com essa reestruturação, eu penso que nós possamos ser melhores cobradores das ações do governo que me parece estão sendo encaminhadas. nós empresários temos o péssimo hábito de tocar para acreditar. Nós deixamos as questões da sensibilidade para o mundo espiritual, sobrenatural, para Deus; para as coisas práticas, nós precisamos apalpá-las. E eu espero que nós possamos começar a apalpar diante de ações que esperamos sejam tomadas de agora em diante.

No mais cumprimento a todos. Eu sempre sou um otimista, no sentido de que pessimista isso, claro, não exclui o crítico. Com certeza, o crítico é diferente do pessimista. Do pessimismo, morro eu, e morremos todos nós. Acredito que, com otimismo, com bastante cobrança e com bastante atuação, nós conseguimos virar essa página agora e, para o ano que vem, principalmente – o contexto nacional tem afetado muito, o contexto nacional não tem ajudado muito –, se o Governo Federal tiver paz, nós tivermos questões que deem uma sedimentação para a construção de uma nova política econômica, em que cada notícia não seja desconstrutora de um processo de recuperação. Eu penso que com essa retomada e estabilização do Governo Federal, e aqui com nossas ações, nós teremos uma retomada até antes do tempo previsto, que seria 2017.

Nós caminharemos, e eu penso ter motivo para isso, para encontrarmos um processo de retomada a partir de 2016. Temos ambiente para isso. E temos tido empenho de todas as partes do Estado, até o Ministério Público – diga-se de passagem que nós sabemos que tem lá suas colocações que nem sempre nos atende de uma forma mais ágil e definida – tem colaborado em algumas questões de aplicação de legislação para o Distrito Federal, inclusive em uma última em que foi acelerado o processo aqui na Câmara, por conta de uma anuência do próprio Ministério Público.

Penso que o Estado tem que mudar de etapa. O Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, nós temos que sair daquele nível anterior; nós temos que discutir coisas muito focadas – cada um de seus segmentos –, e discutir todo o processo renovado, de forma harmoniosa, com a condução pensando na sociedade e no País.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 22

(Assume a Presidência Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Jamal Jorge Bittar, Presidente da Federação das Indústrias do DF - FIBRA.

Concedo palavra ao Sr. Presidente da Novacap, Hermes de Paula.


SR. HERMES DE PAULA – Antes de mais nada, quero agradecer e parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa e pelo convite ao membro do governo, do qual tenho a maior honra de fazer parte.

Mais uma vez a cidade me brinda com a possibilidade de dar o melhor de mim para ajudar a resolver esses problemas graves, mas que não são locais. Todos os estados brasileiros vêm passando por dificuldades tal qual, ou maiores que o Distrito Federal. A União sempre nos socorria, e estamos vendo que ela também está com muita dificuldade. Se não houver união de todos nós, cidadãos brasileiros, podemos voltar a uma situação pela qual alguns mais velhos, e eu me incluo, já passamos e não queremos ver voltar.

Antes de começar a falar, eu estava olhando com o Maurício Canovas uma fotografia do Buritizinho, lá em Sobradinho, nossa terra. Nós somos lá de Sobrado, como nós falamos. Nós dissemos: "Olha onde foi parar nossa cidade". Depois ele vai mostrar. A fazenda onde nasci, foi uma coisa muito boa para mim ter deixado aquela visão apenas de um menino de fazenda do interior de Goiás, para passar a viver numa cidade como esta, fantástica, tão bem pensada por Lúcio Costa e colocada na concretude por Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer. Mas às vezes muita coisa nos deixa chateados.

Agradeço aos Deputados que passaram por aqui: Deputados Prof. Reginaldo Veras, Agaciel Maia, Wellington Luiz, Lira, e o Deputado Ricardo Vale, que aqui está. Cumprimento nossos parceiros Luiz Afonso, da Asbraco; Luiz Carlos e Jamal Bittar. Digo parceiros porque a semana passada houve uma chuva de granizo ali na região de Sobradinho, na Vila Basevi e na Fercal. O Deputado Chico Vigilante ficou sabendo. Eu sei que o Deputado fica sabendo, porque roda por todo lugar. Chico é aquele cara que está sempre no meio do povo, é um companheiro de longa data. Tive o prazer de, por muitos anos, militar junto do Chico e foi muito bom. Em diversos momentos estivemos juntos e estamos juntos. Quero dizer que cada vez nós estamos mais juntos porque sempre pensamos, acima de tudo, na cidade, no Distrito Federal.

Na questão da Vila Basevi, eu quero aproveitar o momento para agradecer à Asbraco, à Fibra e ao Sinduscon. O Governador, no dia que ocorreu a chuva, por volta das 7 horas, se não me engano na terça ou quarta-feira da semana passada, ligou às 10 horas e disse: "Hermes, eu quero que você venha para cá, para sairmos daqui e irmos juntos ver o estrago naquilo lá". Ali tem uma escola. Por sorte, foi às 7 da noite e não havia nenhuma criança na escola. Arrebentou lá umas 5 mil telhas. Há 51 casas destelhadas na Vila Basevi e 63 casas destelhadas na Fercal. Prontamente, o Júlio contatou o setor produtivo, que está aqui representado pelo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

Luiz Carlos, Jamal e Afonso, e eles não titubearam. Não disseram: "Ah, vou pensar". Não! Foi na hora: "A gente vai doar todas as telhas, tanto as de barro para a escola, quanto as de fibrocimento para as famílias carentes que necessitarem".


Então, eu quero, em nome do governo, agradecer profundamente e mostrar o compromisso que esse setor, representado por essas pessoas aqui, e outros que não estão aqui também, têm com Brasília, têm com a comunidade do Distrito Federal. Como disse o Afonso, aqui esses empresários ganham o seu dinheiro, e aqui eles aplicam seu dinheiro. Temos que ter o maior carinho e cuidado com eles. O que precisarem, o que estiver ao nosso alcance, vamos sempre estar ao lado deles, batalhando para conseguir cumprir minimamente o que o governo contratou. Não tenho dúvida disso. Estou falando meio exageradamente, Fleury, porque estou falando só do setor produtivo. Na verdade, quem sabe como está a situação do governo são os da área econômica e financeira do governo. Temos certeza de que vamos sair lá na frente.

O Governador é uma pessoa extremamente otimista, apesar de todas essas dificuldades. Eu até ousaria dizer, Deputado Chico Vigilante, que Rodrigo Rollemberg é a pessoa certa para este momento. Não estou aqui para jogar confete em ninguém, às vezes sou até duro demais em minhas posições. Qualquer hora dessas o Rodrigo perde a paciência comigo e me manda embora. Fazer o quê? Mas eu quero falar algumas coisas.

Por que ele é otimista? Nós embarcamos em um helicóptero para ir até lá. Ele queria ir de helicóptero porque queria olhar por cima toda aquela região de Sobradinho, Fercal e Vila Basevi. No helicóptero, ele me falou que resolvendo isso e pagando os empresários, iríamos dar uma levantada parecendo um foguete. Eu acho que estamos indo muito bem. Hoje estamos muito bem encaminhados, com recursos para vir do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do PAC – que é o Governo Federal –, e da própria Terracap. Da Terracap é um pouco mais difícil, como disse o Afonso, porque nós estamos em um círculo vicioso.

As pessoas não têm dinheiro para comprar imóvel. Os que compraram imóveis, querem devolvê-los para as empresas e receber o dinheiro pago. A empresa está descapitalizada, não pode comprar da Terracap. A Terracap não vende, não tem dinheiro. Aí fica aquele círculo vicioso, gera desemprego e vai virando uma coisa muito complicada.

Uma das coisas das quais mais tenho medo, minha maior preocupação hoje é a possibilidade de uma estagnação econômico-financeira do país e, particularmente, do Distrito Federal. Isso seria péssimo para todos nós. Como fomos chamados para falar de obras paradas, o Guilherme, que é o responsável pela área do planejamento financeiro e captação de recursos da SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, pediu que o Bruno me trouxesse a lista de obras paralisadas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 24

Fizeram uma maldade comigo, ou com qualquer um aqui da mesa. Como ler o que está escrito aqui? Por que fizeram isso? Não foi por maldade. É tanta coisa que está parada! Tiveram que escrever com uma letra pequena, senão não caberia em uma folha de papel. É muita coisa. Acho que não vale a pena começar a detalhar isso aqui, Deputado Chico Vigilante. Vou passar a V.Exa. Isso pode fazer parte dos Anais sobre a nossa conversa e sobre o seu trabalho.

Deputado Chico Vigilante, quero parabenizá-lo por ser muito próprio, porque neste momento é que vão surgir as saídas para nós. Estamos no mesmo barco e precisamos sair. Cada um está em um setor, mas todos têm um mesmo objetivo, que é a comunidade do Distrito Federal, da qual fazemos parte. Sempre achamos que comunidade são os outros, nós não. Somos também.

Além da Terracap, temos a Fonte 100, responsável por creche. Tive o prazer e a honra de ser presidente por um ano do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, quando Cristovam Buarque era Ministro. Até o FNDE está em dificuldades. Era um órgão que não tinha problema algum. Nunca trabalhei em um órgão com tanta facilidade de fazer convênios com as prefeituras, com as associações, com ONGs. Por incrível que pareça, dinheiro não era problema. Administrar assim é uma situação muito confortável. Passei um ano lá.


Fico triste, porque outro dia, conversando com um funcionário de carreira que continua lá, ele estava me contando que hoje o FNDE está selecionando qual programa vai atender: tem que passar dinheiro para merenda escolar, para isso e aquilo. Às vezes, a construção de uma creche e a reforma de uma escola ficam jogadas para segundo plano porque há coisas emergenciais, como a merenda escolar, que é a última coisa que o FNDE tem de cortar. E não é para cortar, porque se cortar a merenda escolar, não tem nem sentido existir o FNDE. O papel dele é esse.

Então, eu fiquei triste, porque não tinha problema. O FNDE era um órgão muito bom para essas coisas, porque você fazia tudo, o convênio estava resolvido. Bastava você apresentar o projeto e estava aprovado, transporte escolar e essa questão toda. E hoje ele está em extrema dificuldade, como o País como um todo.

Nós estamos recuperando alguns recursos que estavam praticamente perdidos, como é o caso das UBS – Unidades Básicas de Saúde. Elas estavam praticamente perdidas, e nós – Novacap, Sinesp – corremos atrás e estamos recuperando isso para a própria Secretaria de Saúde.

Eu vou deixar para o Maurício depois falar especificamente o que nós temos de licitação em andamento, que gira hoje na faixa de 760 milhões de reais. São licitações que estão feitas e praticamente aprovadas, que podem dar uma injeção razoável para o setor.

Eu queria dizer o seguinte: tudo isso, essa questão da paralisação de obras não acontece exatamente porque o governo é mau, não quer fazer as coisas. Pelo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 25


contrário. Todos nós somos daqui. O Governador é daqui, daqui mesmo. Chegou aqui com 9 meses de idade. Então, ele é um brasiliense apaixonado por Brasília. Já foi Secretário do Governo Cristovam, já foi Deputado Distrital, Deputado Federal, Senador.

Eu queria fazer uma recordação rápida das primeiras vezes que eu vi essa questão de obras paradas. Quando eu entrei em 1995, eu tive a oportunidade de ser o Secretário de Obras. Assim que eu entrei como Secretário de Obras, o Presidente do Sinduscon, Adalberto Valadão, me pediu uma audiência e veio com um grupo de empresários que falou o seguinte: "Nós temos que receber um recurso atrasado – já não é de hoje, hein? –, que não nos pagaram. Disseram que era para nós fazermos a infraestrutura do Sudoeste – veja bem, Sudoeste. Depois eu quero fazer um paralelo – e nós temos que receber 8 milhões de reais – naquela época, 1995, era muito dinheiro –, e não nos pagam." Mas o que houve? O empreendedor não tem que vender os lotes e dar a infraestrutura pronta? Claro que tem, não é, Afonso? Não é, Luiz Carlos? Já naquela época, eu perguntei: mas por que não pagou se vendeu os lotes? Por que agora não está fazendo a infraestrutura e não pagou a vocês?" Porque o recurso foi redirecionado para a obra do Metrô. Era a menina dos olhos da época.

Diz-se que a história não se repete. Ela pode até não se repetir, mas quando se repete, ela se repete como tragédia. O Setor Noroeste hoje é o grande problema. Vocês estão com dificuldade de vender os lotes, de vender os apartamentos. A Terracap está com dificuldade de vender os lotes, porque o empresariado já não acredita na Terracap. Por que ela está vendendo? Ela vai vender com infraestrutura? As empresas não querem fazer. E o que ocorreu? "Ah! Nós vamos vender um bairro maravilhoso, que vai ter um parque – o Parque Burle Marx – maravilhoso, que vai ter isso e aquilo." E as empresas que compraram lote ali naquela região falaram: "Olha, estou vendendo um apartamento virado para o Parque Burle Marx, um projeto maravilhoso, lindíssimo. Quem comprar aqui vai abrir a janela e vai ver ali o Parque." Esse parque está abandonado. As obras estão paradas, e essas obras nós já as recebemos paradas. Por quê? Eu também perguntei: "Poxa, mas a Terracap não vendeu os terrenos, pegou o dinheiro e investiu na infraestrutura?" Não. Investiu parte. A grande parte da venda dali foi redirecionada para a construção do estádio.

Então, naquela vez, foi para o Metrô, na época do Sudoeste. No Noroeste, foi para o estádio de futebol. Mais uma vez. Isso já se repetiu como uma tragédia.

Esse estádio, para mim, fazendo uma observação muito simplista, mas não totalmente idiota, se resume assim: ele consumiu, ele quebrou as pernas da gente. Se a gente tivesse feito uma coisa mais modesta – não que a gente não tivesse de participar da Copa do Mundo, mas poderíamos ter feito uma coisa um pouco mais modesta –, nós não estaríamos nessa condição horrorosa que estamos hoje.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 26


Não sei exatamente quando foi. Eu tenho a impressão de que foi lá pelo ano de 2007, 2008 que se decidiu fazer um estádio daquele porte, que hoje está aí esse elefante. São essas coisas que vão dificultando a nossa vida.

Está lá o Noroeste parado. A Terracap não dá conta de vender lotes, porque ninguém está comprando, e vamos ficando nessa dificuldade. Uma das questões é essa, a mudança de destinação de recursos que o Estado faz. Eu tenho certeza de que neste governo não se faz, não se faria e não se fará esse tipo de coisa aqui. O que se vender de imóveis, lotes, terrenos do Distrito Federal, ou mesmo imóvel já construído, vai ser para aplicar no mais nobre possível dos objetos.

Além disso, nós temos a questão dos tramites burocráticos. Eu tentei listar aqui usando como exemplo Vicente Pires. Nós temos lá quatro glebas e somente uma está liberada parcialmente. Para nós liberarmos isso, foi dureza. Primeiro, tivemos a questão ambiental que conseguimos superar. Depois o Tribunal de Contas levantou problemas de toda ordem nos orçamentos, na forma de fazer licitação. Fomos lá e conseguimos superar. Depois entrou o MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios dizendo que só poderia começar a obra se a questão fundiária e urbanística estivesse sanada, resolvida. Ou seja, teríamos de ter, pelo menos, 10% da área destinada a equipamentos públicos, e não tinha, quando trata de glebas isoladamente. Nós tivemos de incluir até o Taguaparque como um equipamento público para podermos viabilizar. Chegou aí em torno de 11%. Se não tivéssemos feito isso, não iriam permitir fazer a obra. É uma dificuldade. Agora, para se fazer isso, tivemos de desapropriar chácaras e fazer várias ginásticas. Houve ali uma invasão, uma mudança de destinação à revelia de qualquer governo, por negligência do governo, por não acompanhar aquilo lá. Era para ser uma área de chácaras, e o pessoal saiu loteando. Agora o governo tem de resolver o problema. Todo mundo diz que vai ajudar, mas na hora, cada um bota a sua pedrinha no caminho para não deixar as coisas acontecerem.

Temos também a Controladoria, que resolve também levantar questões. A procuradoria é um órgão ligado ao governo do Distrito Federal. Além disso, quando vamos fazer a licitação, vêm os embargos, os recursos de empresas. É engraçado o que está acontecendo, Luiz Carlos, quando essas empresas entram lá com os embargos, com os recursos.

Outro dia, em uma licitação – eu não me recordo exatamente de qual, uma empresa entrou com um recurso em uma licitação da qual ela nem tinha participado. Ela entrou com recurso contra as demais sem ela ter entrado. Se ela tivesse entrado e tivesse se sentido prejudicada, até tinha sentido. Eu não vou dizer o nome da empresa. Por favor, não me peçam para eu dizer, porque eu acho que eu não posso fazer isso, porque é antiético. Mas uma empresa entrou com recurso contra determinadas empresas na licitação, e essa empresa que entrou não fazia parte das empresas que estavam participando da licitação. Parece brincadeira, mas é verdade.


		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 27

Eu não sei até que ponto a associação, o sindicato consegue ajudar nisso aí, mas eu acho que faz parte, nas reuniões de vocês, vocês dizerem: gente, vamos contribuir com nós mesmos, porque muita obra está parada por causa de denúncias infundadas, pequenas, rasteiras. Fazem isso. Vocês sabem.

Nós temos uma grande obra para fazer em Taguatinga. Uma empresa venceu a licitação. A empresa que ficou em terceiro lugar entrou com um recurso só para retardar, para dificultar e não deixar começar isso aí. A empresa que venceu, dizendo-se vítima, entrou com uma defesa administrativa afirmando que aquilo não tinha sentido e tal. Houve outra licitação no meio da semana passada, e essa mesma empresa que se disse vítima lá em Taguatinga porque haviam entrado com recurso contra a licitação que ela venceu, ela entrou com um recurso parecidíssimo contra outra empresa. Então, nós dissemos que não íamos aceitar aquele recurso dela e usamos como argumento o próprio argumento que ela tinha usado em Taguatinga. Estamos usando de uma com a outra, porque, numa hora, ela é vítima e, na outra, ela já entra como... Isso está virando um desrespeito às instituições, um desrespeito ao companheirismo das pessoas e das empresas. Eu acho que tinha de ter um entendimento melhor.

Então, tem entrave em todos os campos; tem entrave na área dos órgãos de controle; tem dentro do Governo do Distrito Federal, como é o caso da Controladoria; tem na área ambiental, que também é um órgão do governo – parece que não é, eles se sentem acima de tudo isso. E tem um entrave também agora com as próprias empresas, umas se digladiando com as outras. Durma-se com um barulho desses.

Uma das coisas que temos aqui, que era para iniciar logo: “Ah, por que não toca o chamado asfalto 3?” Não toca porque nós descobrimos que todas as licitações que estavam encaminhadas e outras já em andamento não tinham projeto. Foram feitas, Chico... Dentro da Novacap, juntou-se um grupo de engenheiros, pressionados pelo próprio governo anterior, dizendo que tinha que fazer aquela licitação de qualquer forma. Entraram num carro, saíram pelas ruas e foram olhando onde estava o asfalto estragado. Gente, o que eu estou falando aqui é verdade, não é brincado, não. Os próprios engenheiros da Novacap que andaram no carro falaram isso para mim: “Então, aqui nós precisamos fazer isso. Vai anotando aí. Aqui faz isso. Na rua tal, faz isso. Na estrada tal, faz isso.” Foram fazendo de olho, sem projeto. Como é que você faz um orçamento em cima de um projeto que você faz a olho? Isso não existe. Isso é até um desrespeito à classe, aos engenheiros e arquitetos. Sem esse projeto, como é que você fiscaliza? Como é que as empresas vão dar preço? Como é que nós vamos conferir se aquilo foi feito se você colocou tudo no olho, mais ou menos? “Aqui bota uma capa de 2 cm; ali, de 3; aqui, de 1. Ali tem que fazer mais profundo.” Uma coisa totalmente maluca. Você fala: “Não, esse cara deve estar pirado por falar um negócio desses”. Não estou, não. Estou falando o que aconteceu.


		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

Então, nós fomos ao Ministério Público – vocês viram na imprensa – e ao Tribunal de Contas e mostramos os erros que havia na execução. Houve várias empresas que tiveram de refazer trabalhos porque eles não estavam de acordo. O Tribunal de Contas e o Ministério Público vieram para cima mesmo dizendo que tinham que resolver essa questão. Ainda estão trabalhando nisso aí. O Afonso e o Luiz Carlos sabem disso muito bem. Agora nós nos comprometemos tanto com o Ministério Público quanto com o Tribunal de Contas e com a gente mesmo, com o setor público e com a sociedade que nós só vamos licitar se tiver projeto, mas projeto de verdade, projeto de engenharia, e assim estamos fazendo. Isso está demorando um pouquinho de tempo. Nós só temos de lembrar que estamos hoje no dia 15 de outubro, estamos no décimo mês de governo e já tomamos todas essas providências, inclusive essas de moralização, de fazer as coisas direito. Acho que nós temos que ter respeito pelo dinheiro do povo, pois, em tudo isso que é malfeito, é jogado o dinheiro do povo fora.

Por último, a questão da falta de recursos. O país hoje vive, e o Distrito Federal não é diferente, a falta de recursos. Por isso, eu digo que as causas principais são essas aí e que envolvem todos os atores possíveis que a gente possa pensar.

Temos outra área que não é propriamente obra, mas serviços, como é o caso das desobstruções das bocas de lobo, a drenagem, a drenagem do Plano Piloto, essas coisas todas.

A população tem que se educar. Eu vou trazer uma lembrança para o meu companheiro Chico Vigilante. Com cinco dias de governo em 1995, o Chico Vigilante me convocou, porque ele é assim, ele convoca. Ele é um cabra bom, mas ele convoca não porque ele seja um cara autoritário, mas porque ele está lá defendendo a comunidade. Ele falou: "Hermes, vamos fazer nesse final de semana um mutirão de limpeza na Ceilândia?". Eu falei: "Vamos, Chico." Convocamos lá, e ele convocou o SLU, a Novacap e, no primeiro sábado depois que tomamos posse no governo, estávamos em Ceilândia e fomos começar a tirar caminhões de entulhos, de lixo, de sofá velho, de geladeira, de fogão velho, de plásticos, de restos de construção, uma zorra total. Nós estávamos lá, e o pessoal com as máquinas trabalhando, tirando e levando para o lixo. Resumindo, ficaram 19 dias esses caminhões lá. Nesse dia em que estávamos lá no *start* do trabalho, enquanto tirávamos o lixo do lugar, chegou um carroceiro a uns vinte, trinta metros de nós e começou a jogar entulho. Lembra disso, Deputado Chico Vigilante? O Chico foi lá e falou: "Camarada, você não está vendo que estamos limpando isso aqui? Você não pode jogar aqui." Às vezes, não está definido o local para ele jogar, ou ele olha para um lado, olha para o outro – carroceiro é assim – e fala: "Ah, vou jogar isso o mais perto possível, para eu pegar outro serviço." Essas coisas têm acontecido muito, e eu vi isso se repetir agora de novo. O Vice-Governador Renato Santana: "Vamos fazer um mutirão em Ceilândia de novo." Eu falei: "Tudo bem. Renato Santana, eu já conheço esse filme. Pergunta ao

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

Deputado Chico Vigilante. Nós já fizemos isso aí. Eu te garanto que você vai limpar e, depois de um mês, vai estar tudo sujo de novo”.


Então, nós temos que ter uma conscientização. Nós temos que ter locais, criar condições objetivas para que a população não faça isso. Ou você pega aquele local onde a população está acostumada a jogar e faz uma melhoria urbanística para ela usar, ou você não vai ter como resolver, você não resolve. Ou você chega e fala: “Olha, ao que você produzir aqui de entulho da construção civil, tem que ser dado esse destino...” Nós agora estamos construindo, eu já sei. A Eliana nos falou que está criando áreas exatamente para isso, para se colocar ali. Vão ser umas áreas meio de transbordo para diminuir essa questão de se jogar o lixo, o entulho, principalmente o entulho, em qualquer lugar. Não, vai ter um lugar específico para se jogar.

Então, eu vou encerrar aqui dizendo o seguinte: na Novacap, quando eu entrei lá e fizemos um levantamento, nós tínhamos 128 milhões de dívidas, várias delas sem empenho. Outra coisa muito difícil foi o cancelamento de empenhos de obras prontas, faturas emitidas. Cancelou-se o empenho no final do ano passado que nós tínhamos que resolver. Não foram todas, mas várias delas sim. Desses 128, como disse o Afonso, que está mais atualizado do que eu, estamos devendo somente 42. Eu fico muito feliz com isso. Então, a gente já conseguiu pagar uma boa parte.

Com relação ao empréstimo do Banco do Brasil, nós estamos terminando de fazer a prestação de conta da primeira parte. Eles gostam de chamar de primeira tranche, um negócio assim. Eu nunca tinha ouvido falar desse nome. Eu sou meio caipira e não sei muito disso. Então, a primeira parte do empréstimo... Agora nós vamos entrar na segunda parte, porque nós estamos atingindo mais de 80% de comprovação, não é, Maurício? Mas eu acho que você vai falar com mais propriedade sobre isso. Com isso, eu acho que a gente vai pagar e, já na segunda tranche... Porque a primeira foi quase que usada só para pagar... O grosso era para pagar faturas que tinham sido emitidas no ano passado, do dia 29 de julho para cá, se não me engano. Então, pôde-se pagar, quem emitiu fatura nesse período acho que podia receber. Foi tudo pago. Agora não. Na segunda nós já vamos ter obras também, vamos dar aquela respiradinha, não é, Luiz Carlos? Não é o ideal, mas é o possível neste momento.

O IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, agora com essa questão do Águas do DF... Já estamos no meio das chuvas...

No dia em que o Governador Rodrigo Rollemberg e o Júlio Peres me chamaram para ir para a Novacap, eu falei: “Vou, mas só se vocês fizerem um compromisso comigo de a gente não ver aquelas inundações na Asa Norte”. “Não, a gente vai trabalhar muito para isso aí”. Falei: “Porque vai ser uma vergonha para todos nós”. E nós não vamos estar já com essas obras propriamente prontas, provavelmente vai haver alguma inundaçozinha, mas estamos todos os dias lá

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 30

desobstruindo as galerias. Vamos quase toda semana aos pontos mais críticos e vamos desobstruindo.

Por que temos que ir quase toda semana? Porque a população joga coisa na rua. Falta de educação nossa. Quando falo população, também me incluo, por isso posso falar. Falta de educação nossa! Jogam papelzinho pela janela do carro, tem o cara que pega o papel na rua e não consegue segurá-lo, andar até uma lixeira e jogá-lo ali, e joga na rua. Vai caindo tudo dentro da galeria. Então, nós temos que desobstruir.

A obra está em fase inicial, estamos por um triz para iniciar a obra chamada Águas do DF – agora Drenar DF –, aqui no Plano Piloto e em Taguatinga. Em Taguatinga faltam mais umas coisinhas para resolver, mas está bem encaminhada.


Mesmo assim o Iphan nos chamou outro dia para discutir como essa água vai ser jogada. Tem umas lagoas de amortização das cheias para que a água pluvial coletada não chegue de uma vez só ao Lago, não faça uns picos de cheia. Tem umas lagoas de amortecimento e de qualidade. O que é lagoa de qualidade? É a lagoa por onde passa tudo que está dentro da galeria, tudo que ela vai coletando, que ela não obstrui – vai garrafa PET, fralda de neném, carteira de cigarro, até poltrona, sofá. E a Novacap, inclusive, vai ter que se reestruturar operacionalmente, com equipamentos e tal, para fazer a limpeza dessas lagoas de qualidade. Mas isso vai ser bom porque vai diminuir muito aquela carga que a gente vê hoje, que a imprensa sempre está mostrando: “Olha aqui, estão fazendo um trabalho de mutirão de limpeza do nosso lago”. Isso vai diminuir muito com as essas lagoas.

O Iphan achou que a construção dessas lagoas afetaria a escala bucólica prevista por Lúcio Costa. E eu falei: “Eu vou lá nessa reunião”. E fui. Falei: “Eu quero falar”. Até o Maurício falou assim: “Aproveita enquanto você está calmo”. Falei: “É”.

Eu estudo muito esse negócio dessas escalas, eu gosto desta cidade. Não vou dizer que gosto mais do que de vocês, mas gosto muito desta cidade, como poucos. Sei como é que funciona essa questão das escalas. E não aguentei e falei tudo o que eu tinha vontade de falar. Acho que não foi ruim, não. Falei: “Vou aqui jogar pesado”. Não é possível que na hora em que nós vamos começar essa obra ainda venham com essa história de que não é para construir as lagoas. Então, qual é a solução? Apresentam o problema, mas não apresentam a solução.

Portanto, tem mais essa, tem o Iphan. Eu listei aqui Ibram, TCDF, MPDF, TCU. Para a construção de um viaduto aqui na EPIG, de que o Maurício vai falar, porque ele foi ao TCU, este apresentou mais de cem exigências para a obra andar. É um negócio de louco! E ainda tem o Iphan, que agora também entrou na jogada com todo esse povo: Ibram, TCDF, MPDF, TCU, Controladoria. É tanta gente, que é difícil.

Chico, de 1995 a 1998, eu tive o prazer de ser o secretário de obras do primeiro governo do PT do País. Nós tivemos a honra de fazer parte juntos – você,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 31

como parlamentar, mas como ajudante nosso, nosso companheiro de sempre. Eu nunca tinha ido ao TCDF. Em quatro anos, eu não fui nenhuma vez. Do Ministério Público não vou nem falar. Em dez meses de governo, eu não dou conta de contar quantas vezes fui, mas digo que, por baixo, fui umas trinta vezes ao TCDF e outras tantas lá.

Numa coisa que o Luiz Carlos falou aqui, acho que você podia nos ajudar. Desculpe-me por chamá-lo de você, eu deveria chamá-lo de V.Exa. aqui, mas me permita isso. Se nós nos juntarmos aqui – o Legislativo, o setor produtivo e o governo – e formos ao TCDF, podemos tentar fazer aquela eliminação, para pagar as dívidas daquelas firmas pequenas. Não vou nem usar a expressão “matar as empresas”, vou usar “matar as dívidas”. As empresas eu não quero matar. Elas já estão quase mortas, mas não quero que morram, não. Quero é que elas se fortaleçam. Como o TCDF é um órgão auxiliar do Legislativo – não sei se estou falando bobagem –, eu sugeriria que marcássemos uma reunião para conversarmos com o presidente de lá e vermos se ele abre uma exceção para nós não cumprirmos a cronologia. Porque, se hoje nós pagarmos fora daquela cronologia, existe empresa que está com o olho deste tamanho, observando a hora em que você furar. E, embora ela tenha 15 milhões para receber e a que você pagou só tenha 100 mil reais para receber, ela vai para cima e vai processar você. Aí, quem se enrola sou eu, com o meu CPF. É improbidade administrativa, se não for coisa pior – o negócio é pesado. Porque virou moda, também, prender os outros assim, daqui para ali, e eu não quero ser preso.


Acho que já falei demais. Não sei se eu consegui ajudar, mas o Maurício vai me complementar e me corrigir naquilo que não falei corretamente. Agradeço a todos a paciência de terem me ouvido por tanto tempo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Hermes.

Estamos nos encaminhamentos finais, mas já vou adiantar. Eu, há pouco, liguei para o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselheiro Renato Rainha. Ele está viajando, parece que volta na segunda-feira, e já na segunda-feira eu vou propor algo. Irei junto – tenho certeza de que o Deputado Agaciel Maia vai também – com vocês, com essa mesma equipe do governo e os empresários, para conversar com ele.

Eu tenho um amigo que é advogado, e ele contou uma história que eu gosto de repetir porque mostra a dificuldade das coisas no Brasil. Havia um grupo econômico da China que queria investir no Brasil, queriam investir naquela usina de Belo Monte. E eles contrataram uma consultoria jurídica no Brasil para dizer quais eram os gargalos que eles iam enfrentar aqui, porque chinês não bota o dinheiro dele no fogo. Tanto é que hoje a China é a segunda potência econômica do mundo. Chegou o grupo de chineses, eles se trancaram numa sala num hotel aqui de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 32


Brasília, ligaram o telão, e ele começou a falar das dificuldades. Ele disse: "Olha, vocês vão enfrentar aqui a dificuldade do Ibama". O chinês perguntou: "O que é Ibama?" Ele explicou, e o chinês disse: "Mas é um órgão do Estado brasileiro?" E ele disse: "É. Vocês vão enfrentar o Instituto Chico Mendes" – era um pedaço do Ibama e virou Instituto Chico Mendes, que também fiscaliza e tal. O chinês perguntou: "É um órgão do Estado brasileiro?" Ele disse: "É. Tem o Ministério Público Federal." E o chinês: "É do Estado brasileiro?" Cada vez que ele falava, o chinês abria um pouco o olho: "Esse aí é órgão do Estado brasileiro?" E disse: "Ainda tem a Justiça Federal". "É do judiciário?" "É." "Mas é do Estado brasileiro?" "É. E tem a Justiça estadual". "Sim, é estadual, mas é do Estado brasileiro?" "É. Ainda tem o Ministério Público do estado, ainda tem a Controladoria da União." Ele disse: "É do Estado?" "É." Quando ele terminou de falar, o chinês disse: "E vocês querem que eu invista no Brasil? Eu vou investir na África, lá em Angola. Eu chego lá, invisto e não tem nada disso. Vou investir lá. Vocês querem que eu vá investir em Belo Monte? Não vou botar meu dinheiro no fogo".

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, para uma saudação; em seguida ao Maurício Canovas, depois ao João Antônio e por último ao Jorge. E aí, vamos aos encaminhamentos finais.

Está aceito o desafio, vamos marcar com o Renato Rainha. Eu estava imaginando de marcarmos também com o Procurador-Geral do Distrito Federal, que é o Bessa. E depois, sei que vocês já têm conversado e tudo, mas faço questão de termos uma audiência, todos nós, levando o resultado desta comissão geral, com o Governador Rodrigo Rollemberg, já na próxima semana. Até porque o entendimento que eu tenho, Luiz Carlos, é de que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal não é Ministério Público. Eles têm que entender que eles não são procuradores. Eles são procuradores para defender os interesses do Distrito Federal, do governo, dos investimentos que têm de acontecer. Porque muitas vezes eles estão se comportando como Ministério Público, os próprios procuradores. Portanto, eles têm que seguir as orientações do executivo, são pagos para isso. Eles não são independentes para fazer... Não é?

Outra coisa que tenho dito, antes de passar a palavra ao Deputado Agaciel Maia... Outro dia eu disse para o Hermes que ele é louco, porque qualquer pessoa que for para o governo hoje tem que estar preparada para sair no mínimo com dez ações do Ministério Público, do Tribunal de Contas... não é? Com um agravante, quando você sai, tem que ficar pedindo favor, porque, como você não acumula recurso nenhum, vai ter de arrumar um advogado que esteja disposto a defender você nas barras dos tribunais sem ganhar nada. O Cristovam Buarque até hoje é defendido pelo Claudismar em várias ações. O Cristovam não paga porque também não ganha lá essas coisas para pagar e o Claudismar, como havia pegado essa ação, não largou pelo meio do caminho.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 33

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Obrigado Deputado Chico Vigilante.

Eu quero cumprimentar inicialmente V.Exa. pela brilhante iniciativa de fazer esta Comissão Geral. Quero cumprimentar também o Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal, João Antônio Fleury Teixeira; nosso Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos, Maurício Canovas; o Presidente da Novacap, Hermes de Paula; o Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Jamal Jorge Bittar; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Luiz Carlos Botelho; e o Presidente da Associação Brasileira de Construtores, Luiz Afonso Delgado Assad.


O Distrito Federal ainda é de longe a unidade da federação na qual o governo pode fazer o melhor trabalho a nível de Brasil. Estou falando isso não como Deputado, mas como economista que estuda as finanças públicas nos demais estados.

O que acontece no Distrito Federal e no Brasil é uma inversão. Geralmente, o controle em qualquer lugar do mundo tem um percentual. O controle só é viável quando ele apresenta um indicador econômico que não supera determinado indicador. No Brasil, é o contrário. Os controles são tantos e as pessoas são tão preparadas, porque são concursadas e ganham bem, que custa mais do que propriamente as unidades operacionais. Normalmente, temos pessoas extremamente despreparadas, às vezes, ganhando 20, 25, 30 mil reais para fiscalizar pessoas que ganham 3, 4 mil reais.

Para o ordenador de despesas é muito mais terrível, porque você tem que decidir. Por isso que eles dizem: "Você é diretor". Diretor é exatamente quem decide. E, quando você decide no serviço público, você decide a favor de alguém e contra muitos outros. Geralmente, esses muitos outros nunca ficam conformados por mais que sejam estribadas juridicamente, tecnicamente, as decisões daquele ordenador de despesas. Geralmente o sujeito entra com um processo.

O pior, Deputado Chico Vigilante, é que tem um ditado também. Eu encontrei com o Governador Agnelo há alguns dias e falei com ele: você decide quando pode e responde quando não pode. Você decide quando está no cargo, no mandato, e vai responder esses processos quando você não pode; seja não pode financeiramente, seja não pode porque você não tem os elementos e informações de governo, pois já saiu, está fora, os cargos das indicações já são outros. Então, você não tem elementos para fazer aquela defesa. Por isso, hoje, é terrível. Eu já fui ordenador de despesa durante 23 anos e não quero ser mais nunca. O sujeito, às vezes, diz negócio de secretário... Pelo amor de Deus, eu nem penso nisso. Essa minha fase já era! Porque você tem que decidir, tem que tomar determinadas atitudes, tem que ordenar as despesas e, depois, você passa a responder por isso.

Eu abordei esse assunto, porque o nosso presidente da Terracap estava falando de todas as dificuldades e o Deputado Chico Vigilante estava falando dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 34


obstáculos que se têm para fazer alguma coisa, porque são tantos órgãos que você chega a desanimar. Acho que tem de conversar, tem de dialogar, porque afinal de contas a realidade está posta. Existem esses órgãos todos de controle, e muitos são constitucionais. Então, não adianta a gente chorar, tem que enfrentar, conversar, dialogar.

Em termos de orçamento de infraestrutura para 2016, é o que interessa bastante, é o tema desta audiência, nós temos 1,5 bilhão de investimento em infraestrutura para o próximo ano. Um bilhão e meio no que diz respeito aos trinta e dois bilhões que compõem o Orçamento para 2016. Sabemos que 1,5 bilhão pode ser muito e pode ser pouco, dependendo das pretensões e ambições que o governo tenha. Esse valor representa 4,5 a 5% do Orçamento de Brasília.

Na realidade, os grandes investimentos em Brasília são com recursos federais, por isso, acho que o governador deveria dar três dias de expediente no Burity e dois dias na Esplanada dos Ministérios, atrás de recursos federais. Nós temos o Ministério das Cidades, temos obras do PAC... Depois de praticamente dez anos de ter sido criado o PAC, só no ano passado, praticamente, o Governador Agnelo conseguiu, pela primeira vez, que recursos do PAC viessem para Brasília, porque tínhamos uma série de pendências, inclusive de certidões.

Existem muitos recursos, como as próprias emendas dos Deputados e Senadores, que no ano passado foram de 279 milhões. Não conseguimos liberar, porque havia uma confusão: ou o deputado era de oposição e não queria ajudar o governo, ou o deputado era do partido do governo, mas não gostava do governador e, no final, desses 279 milhões, praticamente não veio nada para Brasília. Neste ano de 2016, deve haver mais de 300 milhões. São recursos das emendas dos Deputados e dos Senadores no Orçamento da União que podem, por uma articulação política, esses 300 ou 320 milhões, em torno disso, vir para gerar emprego e renda e fomentar a indústria de infraestrutura, principalmente da construção, em Brasília. De 1,5 bilhão que temos, poderíamos ir para 5 ou 6 bilhões de reais, desde que haja esse empenho em buscar esses recursos. Sem falar em recursos de BNDES, sem falar – Brasília tinha todo um potencial – nos recursos vindos, principalmente, de financiamentos do Banco Mundial e de tantas outras instituições no mundo todo que gostariam de investir aqui, mas, como disse o Deputado Chico Vigilante, é tanto órgão federal, tanta burocracia, tanta dificuldade, que, às vezes, até uma ação social é difícil de fazer. Às vezes, faz-se uma ação social para ajudar o pobre, para fomentar, para ajudar na educação, mas mesmo assim os caras têm, no final, ainda de responder a processo.

O Governador Rodrigo Rollemberg está com a faca e o queijo ainda na mão, considerando que, em termos de recursos, o Governo do Distrito Federal ainda está a algumas centenas de quilômetros à frente de qualquer outra unidade da Federação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 35

Precisa de disposição, de humildade para bater às portas, em vez de mandar secretário. Às vezes, você marca com o secretário-executivo de um ministério desses, e o sujeito está esperando outro secretário. Quando chega o governador, o sujeito fica até sem jeito. Finda liberando mais do que o cara pede. Diz: "Poxa, eu estou tão prestigiado. Em vez de vir nosso secretário, veio logo o governador". Tem muito disso. Para a Esplanada dos Ministérios, qualquer outro governador tem que dirigir 2 mil, 3 mil quilômetros, e a gente tem que dirigir alguns quilômetros. Dá para ir até a pé. Então, há essa necessidade.

Eu acho que o Governador não pode ficar limitado ao gabinete dele. Fica naquela bolha e toda hora só chegam problemas. Uma sugestão, Deputado Chico Vigilante, é que o Governador fique, pelo menos, dois dias rondando a Esplanada dos Ministérios, negociando com a base parlamentar que eu acho que agora é bem mais favorável que a do Governador Agnelo. Mesmo assim, o Governador Agnelo fez muita coisa. Ele fez muita obra. Eu acho que foi o primeiro Governador que quebrou um paradigma.


Sempre diziam que governador que faz muita obra se elege. Mas faltou dizer que o governador tem que fazer muita obra, mas tem que saber se comunicar com a população. O elo entre as obras e a população foi a comunicação. Se colocar no papel, às vezes, governador que foi conhecido como tocador de obras não fez nem 70% do que o Governador Agnelo fez. No entanto, as obras e o trabalho ficaram. Muitas obras que estavam paralisadas no próprio Governo Arruda, o Governador Agnelo terminou. Ele foi lá e terminou. A gente viu o viaduto da W3, o viaduto do Núcleo Bandeirante, que tantos anos ficou como escombros, e muitas outras obras – aquela ligação mesmo de Samambaia com Ceilândia e tantas outras.

Mas essa iniciativa do Deputado Chico Vigilante serve exatamente para isso. Recurso em Brasília não é o principal obstáculo para que um governante faça um bom trabalho. O principal obstáculo que o Governador enfrenta aqui em Brasília é exatamente a comunicação com os órgãos de controle e a iniciativa, a criatividade e a disposição para correr atrás de recursos que estão disponíveis na esfera federal e, até mesmo, em organismos internacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado Chico Vigilante. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. É importante lembrar que S.Exa. é o relator do Orçamento na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e nós temos até o dia 30 outubro como prazo para as emendas orçamentárias para que, assim, possa se fechar o relatório do Orçamento. Então, com algumas sugestões que vocês tiverem, podem procurar os Deputados. Há uma coisa importante: nós aprovamos o orçamento impositivo.

Concedo a palavra ao Sr. Maurício Canovas, Secretário-Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	10	2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	36


SR. MAURÍCIO CANOVAS – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pela brilhante iniciativa de fazer essa comissão geral. Isso é importante para fortalecer não só os empresários, mas também a Secretaria de Infraestrutura e a Novacap, que dependem muito dessas iniciativas para viabilizar as obras, principalmente aquelas que estão precisando de recursos. Quero cumprimentar os colegas de Mesa, o Secretário Adjunto, Fleury; o Presidente da Fibra, Jamal Jorge, e o Presidente da Novacap, Dr. Hermes, que hoje brilhantemente está representando o Secretário de Infraestrutura. Era para eu estar aqui desde o início e, por isso, peço desculpas, porque não pude comparecer aqui no início da sessão – já tinha comunicado ao Deputado Chico Vigilante – em função de ter um compromisso, mais um compromisso no Ministério Público hoje, mais uma reunião. Eu vou depois relatar aqui sobre isso.

Peço desculpas pela ausência do nosso Secretário Júlio, que está fora de Brasília. Por isso eu deveria vir. Como eu tinha esse compromisso, veio o Hermes, que, brilhantemente, expôs aqui as questões da Secretaria de Infraestrutura e da Novacap. Cumprimento o Afonso e o Luiz pelo que falaram. Eu só ouvi o Luiz, cheguei atrasado. Não ouvi o Afonso, mas, com certeza, Deputado Chico Vigilante, essas palavras que o Luiz falou são verdadeiras. É isso o que a gente vê no dia a dia da construção civil: esse desemprego. Ontem mesmo tive notícia de um colega que tem vinte anos de engenharia numa empresa e perdeu o emprego. É difícil. É uma crise muito séria e que a gente tem que fazer o máximo para tentar contornar.

Ouvindo as palavras do Luiz, ele falou uma palavra que eu até anotei: atitude. A posição do Secretário Júlio está sendo muito nesse sentido. Nós não temos recursos da Fonte 100, como todos sabem, isso aqui é inegável. Temos essa dificuldade da Fonte 100. Temos alguns recursos do Banco do Brasil, que é o que salvou a área de obras esse ano, praticamente. O que fizemos foi 95% com recurso do Banco do Brasil, muito pouco de Fonte 100 – alguma emergência ou contrapartida de recursos federais apenas com a Fonte 100. Então, nós temos que ter esse tipo de atitude.

A atitude a que eu estou me referindo aqui, Luiz, é o que o Secretário Júlio tem nos colocado, por isso meu dia a dia é Tribunal de Contas, Ministério Público, TCU – agora entrou o TCU também –, Iphan, Ibram. O nosso dia a dia está sendo este: diariamente nesses órgãos para tentar viabilizar o que nós temos aqui.

Eu, anotando de cabeça, cheguei a uma soma de 1 bilhão, 940 milhões em obras só na Secretaria de Infraestrutura. Eu não estou falando aí do que está na Secretaria de Mobilidade, no DER, que são os outros corredores com os quais deve dar um valor até superior a esse aqui. Então, só lá conosco, nós temos quase 2 bilhões em obras só de recursos assegurados, garantidos – esperamos que o Governo Federal cumpra isso; que, com essa crise que está se abatendo sobre o Brasil, não venhamos a ser prejudicados nisso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 37

Havendo esse complemento, nós temos quase 2 bilhões para investimento aqui em Brasília, só em uma secretaria – e isso com uma contrapartida de Fonte 100 muito pequena, em torno de 100, 150 milhões, o que é muito pouco para esse volume de investimentos. É lógico que não é investimento de um ano. Isso aqui é investimento para os próximos três, quatro anos.


O que eu queria dizer é que a atitude que a gente está tendo é ir aos órgãos de controle para tentar viabilizar isso. Vou citar um dos casos aqui e agradecer publicamente à Conselheira Anilcéia, que é relatora do projeto Águas do DF, o Drenar DF agora, dos processos do Plano Piloto e de Taguatinga. Ontem, a Conselheira Anilcéia nos ligou: “Maurício, dá para vocês virem aqui com as pessoas que decidem da Novacap e da Secretaria de Infraestrutura para a gente encerrar esse processo aqui no Tribunal de Contas?”

Está com três anos que a gente começou os projetos do Águas do DF, que iniciou as licitações. O tribunal questiona e a gente responde, e, da resposta, gera-se uma nova pergunta. Por isso está indo dessa forma. Ontem, por uma iniciativa dela, ela falou – são palavras dela: “Eu não aguento mais esse processo comigo. Vocês têm que vir aqui encerrá-lo.”

Isso a gente já vinha – eu, pessoalmente, há mais de um ano – negociando com os auditores do tribunal, e, sempre que a gente chegava a um ponto, aparecia um novo. Vencia o prazo daquele orçamento, você tem que fazer um novo orçamento. Aí, é uma nova curva a, b, c, caem outros questionamentos. Então, por iniciativa da conselheira, ontem, a Novacap foi convocada. Foram o Professor Coimbra, que é o Diretor de Urbanização, mais os técnicos de orçamento, mais os auditores do tribunal e eu. Acho que agora, hoje à tarde, devem ter sido aprovados em plenário do Tribunal de Contas tanto o Águas do DF I, como o Águas do DF II, que é Taguatinga, para a gente prosseguir essa licitação.

No nosso dia a dia está havendo esse tipo de atitude. Agora mesmo estou vindo do Ministério Público. O Hermes estava até brincando aqui que é o que virou a minha fazenda: o Buritizinho, para quem conhece, é em Sobradinho II. É uma comunidade de baixa renda que já existia. Quando houve aquela chuva muito forte na Vila Rabelo, tiveram que transferir aquela população que estava numa área de risco para um projeto habitacional que já existia ao lado dessa área do Buritizinho. Então, agregou-se. O Buritizinho cresceu, deixou de ser um pequeno espaço que já estava bem definido urbanisticamente e acrescentou-se esse outro trecho.

O que acontece? O governo foi lá, transferiu as pessoas, mas não regularizou urbanisticamente aquela região. Nós estamos com a licitação já realizada da infraestrutura de lá. O Dr. Hermes sabe, os presidentes das entidades também sabem. Acho que são sete lotes em licitação e 40 milhões de obras, se não me engano. Quer dizer, são obras que serão divididas por pequenas empresas que vão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 38

gerar emprego, vão gerar tudo isso, e eu não posso iniciar porque aquela situação não está urbanisticamente resolvida.

Tomamos a iniciativa de procurar o Ministério Público. Já estamos em negociação com eles sobre Vicente Pires. Conseguiram iniciar as obras em Vicente Pires por esse acordo com o Ministério Público. Tomamos a iniciativa de procurá-los, para eles nos abrirem a possibilidade de firmarmos um acordo e eles liberarem a execução da obra, porque a obra não tem nada a ver com a regularização urbanística. Aquilo já está implantado, não vai mudar aquele traçado urbanístico de forma nenhuma, vai ser o mesmo.


É esse tipo de atitude, como foi feito em Vicente Pires, que estamos fazendo. Temos que viabilizar, na nossa área, 2 bilhões em obras. Se não fizermos isso, vai ficar parado. Fica nesse vaivém e não sai nunca. Então, eu gostaria de dizer isto: estamos tendo esse tipo de atitude. A determinação do Júlio, que vem da área empresarial, é justamente fazer a coisa andar.

Quanto à questão dos pagamentos, o fato já é conhecido de todos: a impossibilidade do pagamento na Fonte 100. Essa alternativa que o Hermes colocou e que foi prontamente acatada pelo Presidente da comissão, eu acho que é uma boa alternativa. As pessoas têm que ter um pouco de flexibilidade, principalmente os órgãos de controle. Devem entender o momento que Brasília e o País estão atravessando. Se formos na letra fria da lei simplesmente, é esperar mais tristeza, mais desemprego, como estamos vendo principalmente na área de construção civil.

Dito isso, para encerrar, quero dizer que a Secretaria apoia essa iniciativa. Estou falando aqui em nome do Secretário Júlio. Acho que ele concordará com isso também, esperamos ter bom êxito. Não sei o número exato – o Afonso pode ter falado aqui –, mas devemos com isso reduzir uns 80% dos credores com pequeno recurso. Com 7 milhões paga-se 80% dos credores. Quer dizer, qualquer pessoa com bom senso tem que enxergar que essa questão da cronologia tem que ser vencida, porque desafoga e dá possibilidade de as empresas tomarem fôlego. De 40 empresas, resolve-se a situação de 36.

Quer dizer, é inimaginável achar que alguém é contra um tipo de atitude dessa. Nós estamos hoje com uma obra. Nós vamos falando e nos lembrando das coisas. Desculpe-me, Presidente, às vezes ficamos indignados com algumas coisas.

Nós estamos fazendo a obra da pista de caminhada do Parque da Cidade com a empresa Serterra. O empresário esteve conosco essa semana e quase chora. Ele está colocando a capa asfáltica, é o momento mais caro da obra, porque é o momento em que ele tem que desembolsar praticamente à vista o valor. Eu tenho uma fatura dele de 1 milhão e 200, que eu não estou podendo pagar porque ele não tem uma certidão. Na hora em que se habilitou para a licitação, ele tinha a certidão. Isso foi o ano passado. O Ministério Público paralisou a obra porque queria que se colocasse faixa tátil ao longo de toda a pista de caminhada – 10 km de faixa tátil.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 39

Nós tivemos que ir lá negociar com o Ministério Público em várias reuniões. A associação dos deficientes estava do nosso lado, apoiando-nos, dizendo que não precisava de faixa tátil porque a própria textura entre a grama e o asfalto da pista, a pessoa que tem deficiência, com a sua bengala, já sente aquela textura diferenciada. Até se convencer disso, passaram-se cinco meses. O camarada que estava com a situação regularizada, a empresa estava regularizada com seus impostos, ficou sem receber cinco meses, fez um investimento, nós não pagamos. Ficou inadimplente. Agora ele está tocando a obra, é interesse nosso que ele acabe essa obra, e eu não posso pagá-lo porque ele não tem a certidão.

Entra-se em um círculo vicioso, como disse o Hermes, que é muito complicado. Temos que resolver as coisas e começar a flexibilizar. Esse é um apelo aos órgãos de controle, e nessa ida ao Tribunal de Contas, vocês podem começar a falar sobre essa questão das certidões. As empresas estão sem certidão hoje, na maioria dos casos, porque não tiveram condições de cumprir suas obrigações e manter suas obrigações previdenciárias, fiscais, em dia.

Temos que dar um fôlego para essas empresas se regularizarem. Entendemos que esse é um benefício para o governo, porque vai arrecadar. Vai receber, vai arrecadar, vai querer participar em outra concorrência. Então, eu proponho – isso me ocorreu agora – levar esse tipo de coisa também a essa discussão junto ao Tribunal de Contas.

Para encerrar, Deputado Chico Vigilante, estou à disposição, se precisarem, para mais alguns esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Maurício Canovas.


Registro a presença do Deputado Joe Valle, agora já Secretário, pois deve tomar posse nas próximas horas.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal, João Antônio Fleury Teixeira.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que durante a fala do Hermes e do Maurício, passou um filme na minha cabeça. Fui diretor-geral de obras e Secretário de Transporte e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais no período de 2007 a 2010. Só este ano eu fui ao Ministério Público lá em Minas Gerais três vezes, prestar contas de processos que estão em andamento de 2007 a 2008. Nesse período em que estivemos lá, fizemos 2.500 obras e gastamos 6 bilhões de reais.

Eu estive esses dias com um dos Procuradores do Ministério Público de lá, e disse a ele que se está olhando agora as obras de 2007 e 2008. Como nós fizemos 2.500 obras, acho que vou ter que ir lá até 2020, ou 2030, prestar conta de todas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 40

essas obras. Na verdade, eu peço para ver os processos e lê-los. Ainda bem que deixei amigos nessas áreas, e consigo ainda ter acesso aos processos. Mas daqui a um tempo, provavelmente não terei mais acesso a esses processos. Só o ano passado, gastei 50 mil reais dos meus recursos pessoais com advogados, para tratar de questões dessa natureza.

Na verdade, temos um espírito público por ser também servidor público. Sou funcionário do Banco Central. Estamos aqui exatamente para ajudar o governo a tentar solucionar essas questões.


Eu gostaria de fazer algumas observações, sem me estender muito. É importante registrar alguns números que são relevantes. O governo recebeu, recepcionou dívidas de exercícios anteriores – estou dizendo dívidas de 2010, 2011, 2012, 2013 e, principalmente, 2014 – de valores da ordem de 2 bilhões e 100 milhões de reais. Essas dívidas não estão registradas, ou seja, não foram registradas, não foram inseridas em restos a pagar. Para registrar em restos a pagar e processar, há de existir orçamento para essa finalidade. Então, são dívidas que na verdade ficaram no limbo. O objeto do decreto que o governo editou no mês de setembro foi exatamente no sentido de reconhecer essas dívidas.

O que nós queremos é, em primeiro lugar, registrar todas essas dívidas para nós termos conhecimento efetivamente se essas dívidas somam esses valores, e aí nós temos que registrar que desses dois bilhões e cem, aproximadamente, que é a expectativa, o governo já pagou este ano, utilizando o orçamento do exercício de 2015, ou seja, esses recursos não estavam previstos, mas o governo, para não paralisar diversas obras e serviços, pagou 970 milhões. Ou seja, o governo pagou 970 milhões dessas dívidas, que não estavam previstas orçamentariamente. Significa que ele comprometeu recurso do Orçamento de 2015 para essa finalidade, só que chegou a um ponto agora, que o governo não tem mais condições de pagar essas dívidas porque não há orçamento e não há recurso financeiro para essa finalidade.

Ele editou exatamente esse decreto para verificar se nós ainda temos um bilhão e cem milhões aproximadamente de dívidas de exercícios anteriores a serem registrados. No decreto – e aí é importante também registrar –, existem artigos. Um deles diz: “se conseguirmos fontes anteriores, podemos começar a pagar antes de julho de 2016”. Ou seja, esse projeto que veio aqui hoje gira em torno de 900 milhões e tem lá 230 milhões destinados para pagar dívidas de exercícios anteriores.

Além disso, como já foi dito aqui também, existem os recursos da segunda tranche do Banco do Brasil, que, se não me falha a memória, são 240 milhões e alguma coisa, que vão dar um fôlego grande para essas obras que estão em andamento e também para pagar algumas coisas.

O decreto também prevê excepcionalidades. A questão da cronologia, é a Procuradoria que insiste muito nela. Então, há de existir uma negociação nesse sentido porque nós entendemos – e temos discutido isso com os representantes dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	10	2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

sindicatos patronais – que a área de construção é uma área fundamental em qualquer estado brasileiro ou no próprio Governo Federal porque ela gera empregos na base, principalmente nos setores onde você tem os menores Índices de Desenvolvimento Humano, em uma cidade que tem o Entorno empobrecido, como bem o senhor já disse aqui.

Esse nível de desemprego trará, com certeza, questões fundamentais de segurança para o Distrito Federal, ou seja, a violência deverá aumentar muito se nós continuarmos como estamos, se não fizermos algo e se não tomarmos atitudes para resolvermos esses problemas.


Com certeza, o governo está imbuído do espírito de buscar soluções. Vou citar algumas ações neste sentido. A apresentação desse projeto hoje é um exemplo. Nós estamos negociando com o BID um empréstimo de trezentos milhões de dólares que será voltado para a mobilidade, infraestrutura. É um processo que já está em andamento, já está avançando bastante.

A gente está com operação de securitização buscando um capital de trezentos milhões de reais no mercado interno brasileiro, que também não tem destinação específica. Esse capital pode ser usado para pagar qualquer um dos processos que estão em andamento no governo. Esses recursos deverão entrar no primeiro semestre de 2016. Além disso, a gente está buscando outras operações de crédito. É fundamental, Deputado, o apoio, particularmente, dos Deputados que apoiam o Governo Federal, porque nós temos hoje várias operações de crédito junto ao Ministério da Fazenda, particularmente na Secretaria do Tesouro, que não estão sendo liberados porque há uma orientação do próprio Ministro de não liberar. Estão sendo liberados a conta-gotas.

Hoje o Governo do Distrito Federal tem várias operações de crédito que estão paradas lá no Ministério da Fazenda, na Secretaria do Tesouro, porque há uma orientação no sentido de segurar porque isso aumenta o endividamento do Governo Federal. Então, tem toda uma questão macro nessa história aí.

Na verdade, não somos só nós que temos operações de crédito, todos os estados do Brasil e outros municípios de maior porte têm operações de crédito hoje no Governo Federal que precisam do aval do Governo Federal, mas a gente precisa também do apoio dos senhores no sentido de tentar liberar. São operações que giram em torno de um bilhão de reais.

O que nós estamos buscando na Secretaria da Fazenda – e aí é uma pena que o Deputado Agaciel Maia tenha saído daqui – é controlar o caixa. O Governador hoje está quase controlando o caixa do governo. Nós temos um Governador que todo dia fica preocupado em saber se existem recursos para fazer os pagamentos. Nós temos, por exemplo, decisões do Ministério Público nos obrigando a pagar, até o dia 5 de cada mês, o auxílio-transporte dos servidores do Governo Federal, os salários em dia, as horas extras, o 13º dos servidores. Tudo isso são decisões do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	42		

Ministério Público que são pessoais, ou seja, se o Secretário da Fazenda não pagar no dia, ele responde como pessoa física. Então, nós temos questões também desta natureza. O que eu entendo – e tenho dito até aos representantes do setor – é que temos de ser parceiros nesta hora – o governo, os representantes sindicais e os Deputados Distritais – para buscarmos soluções e sermos proativos na busca dessas soluções.

Tenho certeza absoluta de que o Governador é uma pessoa extremamente sensível e uma comissão de Parlamentares, junto com os representantes do setor, devem buscar uma solução junto ao Governador, principalmente para resolver as questões dessas pequenas empresas e das pequenas obras com valores que não são significativos. Evidentemente o Governador terá a sensibilidade para buscar a solução para essas questões. Agora, é fundamental entendermos que hoje temos um contingenciamento orçamentário de R\$ 860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), e esse contingenciamento só será liberado à medida que tivermos mais recursos financeiros. Temos de ter novas fontes de arrecadação para liberarmos esse contingenciamento do Orçamento de 2015 para fazermos face a essas dívidas que ainda temos de pagar durante os últimos três meses do ano.

Temos brincado, tanto na Fazenda quanto no Planejamento, dizendo que seria muito bom se hoje fosse dia 25 de dezembro, porque, com certeza, já teríamos passado por todas essas agruras, pois Orçamento de 2016 é muito mais equilibrado e vai permitir – graças a vocês, na Câmara Legislativa, que nos auxiliaram a aprovar projetos relevantes e importantes – uma equação, tanto financeira quanto orçamentária, muito melhor.


Eu gostaria de dizer que a Fazenda é parceira, sim. O Governo do Distrito Federal é parceiro, sim. Nós estamos buscando diuturnamente, trabalhando das 8 às 22h ou 23h e nos fins de semana, as soluções para resolver não só as questões do setor da construção, mas de todos os parceiros do Governo do Distrito Federal que hoje têm crédito junto a este governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Jorge Salomão, Vice-Presidente do Sinduscon/DF.

SR. JORGE SALOMÃO – Boa noite, Sr. Presidente, boa noite a todos da Mesa. Estou com dois presidentes aí, então, tenho muito pouca coisa a falar.

Estou muito preocupado com a manutenção dos hospitais. Este ano praticamente não foi liberado quase nada para a manutenção. Hospital sem manutenção não funciona. Não adianta ter remédios se não tiver energia. Se não tiver luz no hospital, não adianta ter remédio, não entra paciente. Nós precisamos urgentemente de dinheiro para a manutenção de todos os hospitais. A rede elétrica precisa de manutenção. Precisamos de oxigênio. A parte sanitária está com

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA		43

entupimentos. Nós temos de fazer manutenção o tempo todo. Tem muito pouco dinheiro para isso.

Do jeito que está, as empresas ainda estão suportando. Tem muito caso de emergência que as empresas resolvem – não receberam, mas com certeza vão receber –, mas elas não estão aguentando. Precisa de dinheiro para a manutenção dos hospitais. Os hospitais vão parar.

Esse é o meu recado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.


DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, creio que realmente a Câmara Legislativa tem um papel fundamental e fico muito feliz quando buscamos trazer o governo e o setor produtivo aqui para encontrar soluções.

A comunicação e a informação são sempre muito importantes. Quando sabemos o que acontece efetivamente, podemos, todos juntos, buscar uma solução mais fácil, mais compartilhada, mais coletiva.

Sr. Presidente, estamos muito preocupados porque percebemos uma falta de comunicação interna no governo. Nos debates nesta Casa, muitas vezes puxados por V.Exa., que faz uma oposição extremamente responsável, temos falado sobre isso. Hoje participei de uma assembleia. Eu fui lá em nome dos produtores e pedi a atenção do pessoal que estava em greve, falando que alguns serviços essenciais para os produtores era fundamental que continuassem, até porque as pessoas precisariam do apoio dos produtores para isso. Uma pessoa foi ao microfone e falou: “Não, não é a Secretaria que precisa dos produtores. São os produtores que precisam da Secretaria.”

Então, nós temos um problema conceitual acontecendo, e cabe a todos nós resolvê-lo, porque definitivamente a grande locomotiva no Estado brasileiro é o setor produtivo. Temos muita preocupação com essa questão arrecadadora, porque a equação que é feita é uma equação de que eu preciso fazer caixa do governo. E é verdade. Agora eu tenho que ter caixa, mas, quando eu faço isso e não alargo a minha base, daqui a seis meses, eu vou ter que fazer de novo e vou ter que aumentar de novo. E esse processo é uma espiral negativa em que nós estamos entrando.

Então, nesse sentido, entendendo todo o passivo que fica, que veio e que precisa ser acertado, eu gostaria de fazer um apelo ao nosso Secretário de Fazenda para que buscássemos um outro caminho pensando já não só no problema, porque ele falou: “Eu quero que seja 25 de dezembro, porque a gente já passou por todo esse processo.” Eu entendo mesmo o que o senhor está falando. Eu sou empresário e sei como vivemos num momento de desespero como esse. Então, a nossa lógica neste momento é que nós precisamos, com a fogueira acesa, o avião caindo, pintar a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

fuselagem. E percebemos que faltam quadros para isso. Toda a inteligência está mobilizada na arrecadação. É verdade. É a fogueira acesa. Tem que apagar. E nós precisamos... Esse é o meu apelo ao governo.

Eu estou fazendo um movimento para ir ao governo para ajudar nessa perspectiva. Eu estou saindo da Câmara e vou assumir uma Secretaria para ajudar nessa perspectiva. Pedimos que se bote inteligência para pensar na sustentabilidade do processo, para que essa espiral negativa não aconteça, senão, daqui a seis meses, no mais tardar... Terminamos agora, vamos fazer tudo. A Câmara fez um movimento importante, votou, deu fôlego, mas, daqui a seis meses, precisamos disso tudo de novo.

Nós estamos perdendo nossas empresas, estamos perdendo o nosso setor produtivo. Nós precisamos fazer um movimento fortíssimo para mantermos essas pessoas aqui e, mais do que mantermos, atrairmos mais pessoas do setor produtivo para cá. Essa é a lógica de começar agora. "Ah, não. Arrumamos a casa e depois vamos começar". Não, enquanto arrumamos a casa, temos que estar fazendo isso.

É só essa a minha preocupação, Secretário, porque percebemos realmente o esforço descomunal que está sendo feito não só pelos gestores de alto nível, mas por todos da Secretaria de Fazenda, que estão mobilizados nesse sentido. Eu percebo isso porque eu conversei com o pessoal do sindicato, os funcionários etc. Eu percebo também e tenho alertado, nesta tribuna, em todos os meus discursos, que nós precisamos definitivamente alargar essa base para ter muitos pagando pouco, em vez de poucos pagando muito. E é a tendência que está acontecendo agora, porque eu estou desmanchando uma base produtiva daqueles menores que não estão aguentando e estão ficando pelo caminho. Eu vou sobrecarregar de tal forma os que ficarem que eles também vão sucumbir no longo prazo, senão no médio prazo.


Deputado Chico Vigilante, meus parabéns. Estou à disposição. Quero contar com o seu apoio. Sei da sua experiência. Estou indo para ajudar esta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle.

Nós vamos voltar agora à Mesa. Vamos disponibilizar três minutos para as considerações finais de cada integrante da Mesa, começando pelo nosso presidente do sindicato.

SR. LUIZ CARLOS BOTELHO – Eu queria dizer só duas coisas. A primeira é a seguinte: todos os investimentos na construção civil ditos pelo Presidente Hermes e pelo nosso Secretário-Adjunto da Secretaria de Viação e Obras, Maurício... Falou-se em 2 bilhões, 4 bilhões. Podem ser 7 bilhões, só que, dos 7 bilhões, pelo menos 80% vem de fora do Orçamento do Distrito Federal. Só que 4 bilhões geram 15% de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 45

impostos da Fonte 100 no Distrito Federal. Então, 4 vezes 15 é uma grana que resolve muitos problemas. Então, se não atua, não produz, e não entram os 15%. Entrando os 15%, é Fonte 100, é onde é maior a carência do Orçamento do Distrito Federal.

Então, nós não podemos continuar sem trabalhar. Tem de soltar a construção civil, porque é ela quem vai puxar 6 bilhões para o Distrito Federal. Segunda coisa, tem de liberar as construtoras. Nós tomamos o cuidado de entrar, em dezembro de 2014, com uma ação antagonista daquele decreto que acabou com os empenhos. E o Ministério Público, no processo na Justiça, já liberou, já determinou, só que o juiz tem de determinar com a sentença. E o sindicato já levantou as condições para que essa situação aconteça. Tem de cortar o processo de levar para cima de ofício a condição da ação. E quem pode fazer isso? O Executivo, o Governador. Pedir à procuradoria para conversar com o desembargador e remeter de ofício dizendo que desiste de prosseguir com a defesa. Isso trará todos os débitos restantes da construção civil de todas essas empresas aí para restos a pagar e tirará da órbita do decreto que está mandando negociar em cinco anos, seis anos, quatro anos, dois anos, com a intenção de pagar antes, tirará desse nicho o segmento da construção civil. Ao retirar isso, ele poderá, na medida em que tenha condições, ir pagando sem o óbice da cronologia. Está fácil de resolver. Nós deixamos fácil. O meu pedido é esse.

Tem como pagar praticamente a Fonte 100 que resta da construção civil ainda este ano, porque são 80 milhões, tiram-se 30 milhões que são da Terracap – é só a Terracap terminar o convênio, que já está autorizado – e sobram 50 milhões. Os 50 milhões têm condições de serem distribuídos ao longo desses três meses. Já no ano que vem, nós recomeçamos uma vida nova, o que é fundamental.

Então, esse é o nosso pedido à assembleia, o nosso pedido ao nosso representante da Secretaria de Finanças, e também vamos fazer esse pedido ao Governador. Nós fizemos o dever de casa para fugir da burocracia. E o fato de fazer isso não quer dizer que, no dia seguinte, ele terá que pagar, mas ele pode organizar os pagamentos.


Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Luiz Carlos Botelho.

Concedo a palavra ao Secretário Adjunto, Sr. João Antônio Fleury Teixeira.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Eu vou ser breve.

Na verdade, eu gostaria de poder estar discutindo aqui investimentos. Eu espero que possamos retornar aqui no ano de 2016 com uma outra pauta em que estaremos discutindo quais os investimentos, quais os recursos disponíveis para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 46

podermos investir no Distrito Federal e poder solucionar todas as demandas da sociedade do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sr. João Antônio Fleury Teixeira.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Afonso Delgado Assad.


SR. LUIZ AFONSO DELGADO ASSAD – Vou falar rapidamente, Deputado, obrigado. São só alguns comentários rápidos. O Hermes fez algumas colocações. Não vou rebater, vou completar algumas coisas e falar sobre outras que, no início, eu deixei de falar.

Sobre as creches, hoje há um convênio com o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para 36 creches. Isso gera 120 milhões de obras para o Distrito Federal, para as pequenas empresas. Uma coisa engraçada é que existem 12 milhões parados. Era um método inovador que o FNDE inventou e não foi para frente – 12 milhões numa conta. Por que não pega esse recurso, conversa com o FNDE e passa esse recurso para as novas creches? Você, com 12 milhões, já inicia um bocado de creches e já põe algumas empresas para trabalhar. Isso é muito importante. Porque não são quatro. Completamente, são quatro, mas você pode, ao longo do período, investir nessas creches e colocar esses recursos. Com as 36 creches e com as 19 creches, o governo põe quase 9 mil crianças dentro delas. Isso é importante, é um trabalho social. O Secretário Fleury, de repente, pode conversar com o FNDE, tentar remanejar esses recursos, que estão parados. Esses recursos estão aplicados numa conta, esse dinheiro não é devolvido para o FNDE e também não é usado. Isso é ruim.

Um dos grandes problemas que nós temos hoje são as licenças de obra. Eu vejo aqui o Maurício, há anos, e o Hermes também, sofrendo com isso. Diga-se de passagem, o Hermes tem enfrentado, tem sido um brigador nesses assuntos com o Ibram, com o Iphan, com esses caras todos. O Hermes, além de ser uma pessoa da cidade, é um profissional, é um grande engenheiro que está preocupado com isso.

Uma sugestão, pois o Secretário Fleury quer vir aqui em 2016 discutir investimento: não se discutem investimentos sem projetos. Já que nós estamos apertados, vamos pôr o dinheiro em projeto. Vamos começar a investir em projeto, no planejamento. Temos de fazer isso. É uma sugestão que eu deixo aqui. Gasta-se pouco dinheiro e fazem-se projetos para discutir os investimentos de 2016. Está apertado, a gente sabe, mas acho que é importante.

Quero pedir ao Secretário Maurício e ao Presidente Hermes: vamos focar nas pequenas obras, é importante. As pequenas empresas geram emprego mais rápido, e a gente consegue pôr essas empresas para trabalhar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 47

O problema da cronologia não é só com o presidente. Eu acho que nós temos que pedir, Deputado Chico, é uma reunião com os conselheiros também. Quando eu estive com o presidente – e o Luiz Carlos sabe disso, nós estivemos com o presidente –, a primeira coisa que eu falei foi: “Presidente, temos que quebrar a cronologia de 2014”. Ninguém quer quebrar a cronologia de 2015, mas a de 2014, por um fato relevante que houve, por esse problema. Mas ele deu um pulo desse tamanho na cadeira: “Pelo amor de Deus, os conselheiros aqui vão me comer vivo”. Eu falei: “Não, então vamos falar com os conselheiros”. Então, de repente, a gente pode se reunir com os conselheiros e apelar, como o Hermes e o Maurício colocaram, para o bom senso desse pessoal.


Eu queria fazer algumas sugestões também: uma proposta de, de repente, a Câmara puxar isso, juntamente com o governo – o TCU, o TCDF, o Ministério Público, o Iphan, a Procuradoria, a Controladoria –, com todos os calos do Hermes. Quer dizer, com o pessoal que não dá sossego para o Hermes, que não dá sossego para o Maurício, que não dá sossego para o Fleury.

Esse pessoal realmente não está fora de sua função. Eu acho que a função deles, de fiscalizar, é correta, mas eles exageraram nessa fiscalização. Esse é o pensamento do setor. Essa fiscalização, realmente, tem horas que é pesada. Foi o que o Fleury e o Hermes colocaram: “É o meu CPF, como é que eu vou fazer? Eu vou ficar com um advogado até 2025?”. Isso não é justo.

Vocês estão aqui, são servidores públicos, são dispostos a trabalhar, pôr a cidade para funcionar, e a gente realmente tem que dar apoio para vocês no sentido de tentar mudar essa visão e até de mudar uma legislação sobre isso, porque é um absurdo: você tira o seu tempo para vir atuar aqui, no governo, para ajudar e, de repente, é penalizado por estar trabalhando e ajudando. Isso está errado.

Um apelo, meu Presidente Hermes e Maurício: vamos limpar essa lista com a segunda tranche do Banco do Brasil. Em vez de fazer novas obras, vamos tentar fazer essa coisa.

Faço um apelo ao Deputado Chico: existe um decreto da ex-Governadora Abadia – uma pessoa de alto nível, uma pessoa seriíssima –, que diz que o governo só pode pagar com as certidões em dia. Até aí nós não somos contra – as empresas apresentarem as certidões. A minha sugestão é a seguinte: ao faturar, a empresa tem que estar com as certidões em dia – naquele dia. Se o governo levar 60, 90 ou 120 dias para pagar, problema do governo. As certidões, naquele dia em que ela entrou com a fatura, estavam em dia. Não é justo o cara levar seis meses para receber e depois ser penalizado porque a certidão dele venceu. Isso não é uma coisa justa. A gente considera isso como enriquecimento ilícito do Estado, porque a empresa prestou o serviço e não pode receber. É essa a sugestão. Existe esse decreto. Eu acho que é um trabalho que a gente pode fazer junto ao Executivo e à Câmara para resolver esse problema e aliviar as coisas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA		48

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Secretário Fleury foi convocado agora pelo Governador para uma reunião no Palácio, e nós estamos liberando-o porque ele já vai adiantando o que nós estamos discutindo aqui.


Concedo a palavra ao Hermes de Paula, por três minutos.

SR. HERMES DE PAULA – Eu acho que nem uso esse tempo, Deputado Chico Vigilante. Eu já falei muito. Então, eu só vou aproveitar, porque esse aparelhinho aqui, a gente hoje já não vive sem ele, não é? E às vezes ele é bom, não é? Ele estava desligado enquanto eu falava, e só liguei agora. Mas foi bom eu ter ligado, porque o nosso diretor de urbanização – que, juntamente com o Maurício, esteve no TCDF ontem para a questão do Drenar DF, do Águas do DF – mandou uma mensagem: “O TCDF, em reunião plenária realizada hoje, autorizou o prosseguimento da licitação do Drenar DF Plano Piloto e Taguatinga”. É aquela reunião de que o Maurício falou, de agora à tarde. Aquilo sobre o que estávamos na dúvida foi aprovado. Então, quero parabenizar e agradecer ao Maurício por ter batalhado. Foi uma batalha pessoal da SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e da Novacap, de nós dois juntos. Nós trabalhamos em conjunto, e foi muito bom.

Eu só queria falar uma coisinha para o Jorge Salomão: as coisas estão muito difíceis mesmo. A gente olha os hospitais, e é em tudo quanto é área. Se a gente olhar, pode falar: “Pode não ter importância”. Mas tudo tem importância. Depende da ótica de cada um. A área que me deixa meio desesperado é a nossa cultura, com o nosso Teatro Nacional, do qual temos tanto orgulho. Mas nós não temos dinheiro, os 200 milhões de reais de que precisamos para deixar aquele teatro no ponto. E não é só ele. Então vai dando um desespero. É aquela casa onde falta pão, e todo mundo briga e ninguém tem razão.

No governo é isso, falta dinheiro, e nós ficamos olhando desesperadamente – o Governador também. Um dia eu liguei para ele e disse: “Governador, eu estou lendo aqui no jornal como é que está a situação do teatro e fico desesperado”. Ele falou: “Eu também, Hermes. Vê se você consegue ligar para o Secretário Guilherme Reis para ver se eles arranjam uma solução”. Eu fui falar um negócio, e agora ele me colocou numa missão para fazer isso. Eu acho que é melhor eu ficar calado nessas horas. São essas coisas.

Na área específica de que você falou, nós recebemos os hospitais numa situação precária. Eles não estão bons, mas já deu uma melhorada. Por exemplo, o Hospital de Base: na primeira semana deste ano, a empresa que cuida de manutenção e instalação dos novos elevadores do hospital, que deve ter uns dez andares, falou que ia parar, que estava sem receber do ano passado e não ia cuidar mais da manutenção dos elevadores. Aí pifou o último elevador, dos oito ou nove que havia. Eles estavam no processo de instalação de mais três, e pararam também.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 10 2015		15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA		49

Pifou o último, e eu falei: "Ah, ele vai ter que arrumar isso. É uma questão de responsabilidade civil, qualquer coisa aí, mas vai ter". Eu falei para o diretor: "Vai para lá, Márcio, e acerta qualquer coisa com ele, mas ele tem que arrumar esse elevador". Ele arrumou, mas na hora em que foi testar, acabou a luz. Eu tive que ligar para o Mauro Martinelli: "Mauro, acabou a luz, cara. E agora, o que nós vamos fazer? Não dá para testar o elevador". O cara falou: "Vou embora". Eu falei: "Não pode. Nem que eu tenha que pedir para o Eric Seba, chefe da Polícia Civil, ir lá para segurar o cara lá, mas ele vai arrumar isso". Porque é uma questão de responsabilidade. Chega um cara infartado lá, como é que ele vai subir? De escada? Morre logo. E quem não está enfartado pode morrer. E ele foi lá e arrumou. Nós fizemos uma negociação com ele, com a empresa, muito bem-feita, e ele aceitou todo o cronograma. Nós já pagamos tudo, estamos pagando a última parcela agora este mês. Fizemos um cronograma de sete, oito prestações para pagar o que ficou para trás, que não era muita coisa, mas na situação em que se encontra este Governo é muito. Eram dois milhões e cem, dividiu em sete de trezentos, uma coisa assim. Ele aceitou, acabou de instalar e hoje há doze elevadores, se não me engano, no Hospital de Base funcionando.

Então, isso é uma coisa muito boa, porém é muito pouco diante do que você está falando, da sua preocupação. Muitas coisas precisam ser arrumadas, é maca, é tudo isso aí.

Eu queria só falar isso. Agradecer mais uma vez, Chico, pela oportunidade que você nos deu e dizer que estamos sempre à disposição. Somos parceiros, cada vez temos que ser mais parceiros. Muito obrigado.


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Hermes.

Concedo a palavra ao Maurício Canovas.

SR. MAURÍCIO CANOVAS – Vou ser rápido, só vou contar uma historinha.

Voltando ao que o Jorge falou, no início deste Governo fui convidado pelo Ivan Castelli para trabalhar na secretaria de saúde na área de obras. Fui lá conversar com o subsecretário que estava na época, não me recordo o nome, e perguntei sobre os contratos de manutenção. E ele me respondeu que havia contratos de manutenção para todos os hospitais. Pelo menos contrato! Perguntei quanto era o valor dos contratos, o total. Acho que eram 38 milhões para os onze contratos... Trinta e seis milhões, dezesseis contratos. Aí perguntei: Bom, pelo menos tem contrato, já é um bom sinal. Quanto você empenhou este ano? Isso em 2014, referente a 2014. Ele respondeu: "Empenhamos 14 milhões ou 16 milhões". Não chegou à metade do valor. Perguntei: E quanto você executou disso que você empenhou? Aí chegou a menos, acho que eram 11 milhões se não me engano.

Então, você tem um contrato de manutenção de uma área nobre, importantíssima para a cidade, para a população, que é um hospital, e, de 36 milhões, você não empenha os 36 milhões, e, quando executa, ainda executa menos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	10	2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				50	

Aí eu propus ao Ivan: Ivan, eu não posso recusar o seu convite porque nós somos muito amigos – é uma pessoa que prezo muito e não recusaria qualquer convite dele para ajudá-lo –, mas torço para você não aceitar. No ano passado, na secretaria de infraestrutura, empenhamos, com a Novacap, em torno de 500 milhões para asfalto.

Portanto, enquanto essa estrutura de obras da saúde estiver vinculada ao secretário que tem de olhar médico, remédio e todo esse tipo de coisa, vamos continuar passando por isso. Eu tenho certeza de que o Davi, o ex-secretário, se soubesse dessa informação no ano passado, com certeza não empenharia 500 milhões em asfalto, empenharia 50 milhões desses 500 para esses contratos. Essa seria a decisão lógica, qualquer gestor tomaria essa decisão.

O governo tem trabalhado nesse sentido. O Hermes estava me falando aqui, eu estava até relutante de falar isso, mas o governo tem trabalhado no sentido de trazer essa centralização das obras, não só da saúde, mas da educação também, para a área de infraestrutura; pode ser direto para a Novacap, pode ser para a secretaria de infraestrutura. O importante é que o gestor de obras tem que ser quem cuida de obra, o gestor que cuida de aluno não pode cuidar de obra, não pode ser o gestor que tem de se preocupar com médico, com remédio, que vai cuidar de obra, o foco dele é outro.

Então, eu só queria fazer essa colocação aqui, Jorge, porque isso está em andamento no governo.


Muito obrigado. Estamos à disposição. Parabéns novamente pela iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Maurício.

Quero registrar aqui uma nota encaminhada pelo Deputado Robério Negreiros de apoio a esta atividade e uma outra do Deputado Rodrigo Delmasso.

Muito obrigado.

Caminhando aqui para o encerramento, eu queria lembrar alguns assuntos e pedir algumas coisas aqui, Hermes. O Afonso é testemunha de uma grande briga de que eu particularmente participei, e participei com prazer dela, no Governo Agnelo Queiroz. Queria lhes pedir que não aceitem a imposição do FNDE. O próprio FNDE tentou impor ao Distrito Federal o seguimento do que estava sendo feito no resto do Brasil, aquelas creches de uma empresa de Curitiba, lá do Paraná. Eu me insurji contra aquilo naquele momento e falei para o governador: "O senhor não vai conseguir entregar... E mais, isso serve até lá para Santa Luzia do Paruá, lá no Maranhão, que não tem construtora, nem perto. É bom para esse pessoal ir lá fazer." Agora, Brasília tem um parque industrial da construção civil de ponta, tem que ser obra de qualidade. Eu falei: "Governador, eu estou o tempo todo batendo, falando mal contra a questão das escolas de lata e aquelas creches pré-fabricadas são de lata". Foi com esse argumento que a gente fez com que ele não aceitasse.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 51

Tem a Reuza, que trabalha comigo, na época era a subsecretária de logística, eu fiz questão de ir à Terracap, pegamos o Terrageo e localizamos mais de duzentos terrenos propícios para creches na cidade. De duzentos, chegamos à conclusão de que chegaria a sessenta, porque muitos dizem que estão livres, mas não estão. Pegamos o que não estava desobstruído e tudo e conseguimos.

Portanto, eu queria pedir para você, Maurício, e para o Hermes não aceitarem aquela questão de construir aquele modelo vindo do FNDE, vindo do Paraná. É muito importante que isso aconteça.


SR. HERMES DE PAULA – Chico, permita-me só falar sobre isso. Já foi conversado, eu estava presente, fui testemunha do Júlio Peres conversando com o Governador e mostrando que isso não era viável para cá e nós não precisávamos. A primeira coisa é que esse dinheiro vai todo para o Paraná, nada contra o Paraná, mas nós temos mais coisas aqui para fazer, e o Governador acatou prontamente as argumentações do Júlio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Outra é que nós conseguimos um convênio do Bird, são 50 milhões de dólares para obras de infraestrutura na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. É para o setor JK, o Pró-DF lá da Ceilândia... Enfim, são 50 milhões de dólares. E o dinheiro está pronto! São 50 milhões para obras e o dinheiro está guardado desde o ano passado. São 50 milhões de dólares! Isso é muito dinheiro, daria para abrir muita obra no Distrito Federal. Portanto seria o governo fazer efetivamente.

Eu sou defensor de que não há por que ter obras na secretaria de saúde ou manutenção na secretaria de saúde, ou na secretaria de educação, para mim, tem de centralizar tudo na secretaria de obras e infraestrutura. No meu ponto de vista, essa é a coisa mais correta que deve ser feita. Não dá para ficar esse paquiderme que está lá, não dá! O secretário de educação é para cuidar da questão fim, para que existe ela? Ficar se preocupando com obra? Não dá! Portanto, acho que é uma reivindicação que estou colocando aqui para que se centralize tudo na secretaria de obras e infraestrutura, na Novacap para fazer. Eu conversava com o Hermes que no Governo Cristovam a gente centralizou. Centralizou tudo e deixou a secretaria de saúde para cuidar efetivamente da saúde, e não da construção de prédios. Acho que isso é outra coisa fundamental, é importante que a gente faça.

Nós vamos encaminhar esta audiência ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, vou sugerir para o Conselheiro Renato Rainha que convide os demais para que eles ouçam o clamor real colocado por vocês. Ninguém aqui está pedindo nada! Nós estamos querendo simplesmente que um setor que gera emprego imediato, é o setor mais rápido que existe, volte a gerar emprego para pagar os impostos que a gente precisa e dar tranquilidade para as pessoas. Só queremos isso.

Vou também pedir uma audiência para irmos em conjunto, todos nós, e os Deputados que quiserem ir, conversar com o Governador Rollemberg, mostrar que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 52

não é uma questão só do empresariado, é uma questão da cidade, uma questão do Distrito Federal. Outro dia eu conversava com um ministro da Presidenta Dilma e dizia: olha, tenham muito cuidado com Brasília, porque a figura que eu faço é que o Brasil hoje é um barril de pólvora. Você precisa do estopim, e talvez ele esteja aqui em Brasília. Portanto, uma coisa é o Acre, outra coisa é o Distrito Federal.

Portanto, o Distrito Federal não pode continuar mergulhado na burocracia em que está. Eu conheço, Luiz Carlos, Jorge, um empresário do Distrito Federal que quer investir 100 milhões em um ano e meio. Nascido, criado em Brasília e quer fazer com que o Distrito Federal cresça. Ele me procurou e disse: "Chico, preciso que você me leve ao Governador porque eu quero... Eu não quero nada. Eu não vou pedir nada. Eu quero gerar, eu vou investir 100 milhões em um ano e meio". Aí, eu liguei para o Governador e marquei. Chegou lá, ele explicou o que era. Ele vai abrir quatro grandes mercados no Distrito Federal. Tem um ali no Setor de Indústria e Abastecimento que fica perto da adega. O que ele queria: 300 metros de asfalto.


Aí, o Governador chamou alguém e disse: isso aqui é com o DER. E ele não quer que o DER faça. Ele quer fazer e doar. Então, precisa que se faça o projeto. Ele quer fazer o asfalto e doar para o governo. Aí, o Governador na hora ligou para o presidente do DER e até hoje não saiu nada, gente! O presidente do DER disse que ia receber, colocou uns técnicos para receber e tal e não saiu nada. E o empresário só quer que eles façam o projeto; ele constrói, contrata uma construtora porque não precisa de licitação nem nada, faz e entrega. Entretanto está parado, ninguém faz!

O Governador do Tocantins ficou sabendo que existe esse empresário em Brasília que investe tudo, mandou buscá-lo aqui. Disse que estava marcada a audiência para tal dia às oito e meia da manhã. Ele chegou lá às oito horas, o Governador abriu a porta e chamou, não esperou às oito e meia. Ele disse: "Estou convidando-o para investir no Tocantins. Aqui nós vamos lhe facilitar o terreno, vamos ver a questão de compensação de impostos e tudo. Só que eu escolho a cidade em que você vai investir, porque sou eu que tenho a responsabilidade de desenvolver o Estado. Não é Palmas. Você topa?". E ele topou. Ele disse que foi uma rapidez.

Um dos investimentos que ele quer no Distrito Federal, modalidade que já existe nos Estados Unidos, seria aquela em que você liga do Estado do Pará e fala que quer tais produtos. Ele fez um convênio com os Correios em que estará entregue lá em 24 horas, não importa o tamanho das caixas. Ele quer que um dos empreendimentos seja centralizado em Brasília. Mas está encontrando dificuldades.

O Goiás quer que ele faça lá, mas ele está insistindo para fazer em Brasília porque tem uma distribuidora aqui em Brasília que já tem 150 caminhões e já está vendendo para oito Estados, inclusive para São Paulo.

Portanto, se ficamos preso na burocracia e tudo, nós vamos para onde? Vou repetir uma coisa que eu falei aqui no início. A população do Distrito Federal mandou

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 53


o Governador Rodrigo Rollemberg governar e mandou nós irmos para a Oposição fiscalizar. Uma coisa que eu aprendi é que Oposição não é só para brigar, xingar e apresentar defeito; é para apresentar solução. E a gente tem apresentado.

Quando o Governador ia atrasar a folha de pagamento das pessoas e se sabia que ia ao caos, nós apresentamos 15 sugestões. Dentre elas, uma que ele tomou e os salários estão garantidos até fevereiro, que é quando começa a entrar a arrecadação novamente.

Os projetos que ele mandou para cá. Nós falamos, eu falei desde o primeiro momento – há jornalistas aqui, o Yuri é testemunha –, IPTU eu não voto, aumento de IPTU; não voto aumento da TLP, da Taxa de Limpeza Pública. Não voto! Porque no caso do IPTU, o entendimento que eu tenho é que primeiro tem que se fazer atualização dos imóveis e, com o preço atual, depois, pode até se discutir; mas, enquanto não fizer isso... Ele queria inicialmente 100%, tinha lugar que seria 600%. Eu vou pegar um camarada que tem uma casa de 1.500 metros quadrados; proporcionalmente, a D. Joaquina, lá da Ceilândia, que tem uma casinha de 50 metros, vai pagar a mesma coisa? Está errado. Por isso, eu não aceitei. Nós bancamos e não passou aqui. Entretanto, nós aumentamos, e vai entrar no caixa do Governo do Distrito Federal que vai arrecadar, no ano 2016, 1 bilhão e 500 milhões a mais. Viu, Hermes? Está garantido. Um bilhão e 500 milhões a mais. Eu pergunto: qualquer governo, de qualquer Estado, não gostaria de ter uns Deputados de Oposição tão compreensivos que deixam aumentar o caixa e implementar 1 bilhão e 500 milhões que ele vai arrecadar a mais?

Portanto, nós queremos que tratem o setor produtivo, porque a capacidade empregatícia do Estado acabou, aquela história de aqui era a cidade do servidor público acabou. Ou se dá condição para quem produz gerar os empregos necessários de que a cidade precisa ou isso aqui vai para o colapso. Não adianta achar que vai continuar aquele sonho de serviço público. Não tem, gente. Quem vai gerar emprego são vocês: é o comércio, é a indústria da construção civil, é a indústria de transformação.

E essa bendita cidade digital, que eu imaginava que ali a gente encontraria a vocação de Brasília? A maior luta que eu travei na minha vida foi por um pedido que o Presidente Lula me fez quando eu era Deputado Distrital lá na outra Câmara Legislativa. Ele me falou: "Chico, você vai conversar com o Governador de Brasília, e eu quero saber se ele quer que coloquemos a cidade digital aqui, porque eu tenho o compromisso de colocar o segundo espelho do Banco do Brasil, devido àquele Acordo de Basileia, e há três estados querendo." O Governador, à época, era o Joaquim Roriz, e eu fui lá. Chegando lá, o Roriz agradeceu, disse que queria e tudo. Aí, a gente viu o que era burocracia, Hermes, porque quando a gente começou a discutir a nova poligonal do parque – porque para entregar 160 hectares ali, tinha de se aumentar a Poligonal do Parque da Água Mineral. Começamos com 1.000 hectares a mais, caímos para 12, mas conseguimos fazer. Portanto, se liberou 167

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 15 10 2015	Horário Início 15h22min	Sessão/Reunião 91ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 54

hectares e a cidade ganhou 12 mil hectares a mais; e até hoje não se viabilizou ainda. Está lá o Banco do Brasil terminando, a Caixa Econômica, e o resto? Falta o quê? Por que a gente não faz?


Pega hoje essa questão dessas Águas do DF. O Maurício era da Secretaria de Obras e sabe que o grande sonho nosso era termos entregue isso no Governo Agnelo. Mas sentaram em cima e ficaram. Só que no Distrito Federal, aquela parte ali, continua sendo inundada. Em Taguatinga, a mesma coisa. A obra que o Hermes falou aqui, o viaduto, o túnel de Taguatinga, que passa ali no centro, graças a Deus parece que agora liberaram. Mas três anos, gente, segurando. Eu chamo aquela via ali, Jorge, de Taguatinga, que era para ser uma via expressa e tudo, mas aquilo virou a via sucuri. Porque começa com o rabo bem fininho em cima daquele viaduto de Taguatinga, daí vai crescendo a barriga e quando chega ali em frente à Buffalo Bio ela está com um barrigão, e chega aqui na Octogonal, começa a despejar e a cabeça fica desse tamaninho. É engarrafamento, hoje, desde lá onde seria o viaduto, ou melhor, o túnel, até aqui. Onde nós vamos parar com isso?

Portanto, gente, o sentido dessa audiência foi este. Eu tenho exata compreensão da importância que tem o Poder Legislativo, de qual é o nosso papel, que é este: encontrar mecanismos para ajudar essa cidade. Esse é o papel de quem quer que esta cidade cresça, de quem gosta dela.

Eu digo muito, Luiz Carlos, que quem nasceu em Brasília não tem muita responsabilidade com ela. Nós, que viemos de fora – esta cidade nos acolheu tão bem –, temos mais responsabilidade com ela do que quem nasceu aqui. O Hermes nasceu aqui. Eu tenho que ser mais responsável por Brasília do que o Hermes. Você nasceu aqui, Hermes. Eu escolhi viver aqui. Portanto, a minha responsabilidade é maior. A sua estada aqui não dependeu de você. A minha depende de mim. Portanto, na medida em que a cidade me acolheu – e acolheu bem –, eu tenho que ter mais responsabilidade com ela.

Eu sempre digo que não é oposição que eu faço ao governo. O mesmo comportamento que eu tinha, estou tendo agora. Se é para criticar, vou criticar. Sobre ser duro, claro que eu vou ser muito duro, mas sei da responsabilidade que a gente tem para fazer com que a cidade não entre em colapso. Vocês do setor produtivo podem contar comigo. No que depender de mim, esta cidade não vai parar.

Eu quero agradecer ao Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; ao Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sr. Maurício Canovas; ao Presidente da Novacap, Sr. Hermes de Paula; ao Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Sr. Jamal Jorge Bittar; ao Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Sr. Luiz Carlos Botelho; ao Presidente da Associação Brasileira de Construtores/Asbraco, Sr. Luiz Afonso Delgado Assad. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	10	2015	15h22min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				55	

Nós vamos dar encaminhamento às questões colocadas aqui e vamos comunicar as audiências marcadas. Eu não faço audiência por fazer audiência. Não faço audiência para fazer lambança, faço audiência para depois cobrar o resultado delas. Eu gostaria também de agradecer a presença dos Parlamentares, autoridades do governo e demais convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

Muito obrigado a todas e a todos.

(Levanta-se a sessão às 18h52min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 92ª
(NONAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 20 DE OUTUBRO DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Chico Vigilante

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 17 horas e 10 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 11 minutos

L I D O
Em. 27/10/15

Secretaria Legislativa

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputada Luzia de Paula – Rede |
| • Deputado Bispo Renato Andrade – PR | • Deputado Prof. Israel – PV |
| • Deputada Celina Leão – PDT | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Leite – Rede | • Deputado Rafael Prudente – PMDB |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB |
| • Deputado Cláudio Abrantes – Rede | • Deputado Ricardo Vale – PT |
| • Deputado Cristiano Araújo – PTB | • Deputado Robério Negreiros – PMDB |
| • Deputado Joe Valle – PDT | • Deputado Rodrigo Delmasso – PTN |
| • Deputado Juarezão – PRTB | • Deputada Sandra Faraj – SD |
| • Deputado Julio Cesar – PRB | • Deputada Telma Rufino – PPL |
| • Deputada Liliane Roriz – PRTB | • Deputado Wasny de Roure – PT |
| • Deputado Lira – PHS | • Deputado Wellington Luiz – PMDB |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2015

Revisora: Supervisora: _____ Chefe do Setor: (SF/A/SN/)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Informa que os deputados se encontram em reunião com membros do Governo e dos sindicatos.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

4

ATA SUCINTA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2015

Revisora: Supervisora: _____ Chefe do Setor: (SF/A/SN/)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2015	17h10min	92ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 92ª
(NONAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Tendo em vista a falta de *quorum*, por motivo da reunião que está acontecendo entre representantes do governo, sindicalistas e Deputados, na Presidência da Câmara Legislativa, nós estamos abrindo e, ao mesmo tempo, encerrando esta sessão.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h11min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 93ª
(NONAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO GAMA
COMO PARTE DO PROJETO *CÂMARA EM MOVIMENTO*,
EM 21 DE OUTUBRO DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Celina Leão, Prof. Reginaldo Veras e Luzia de Paula

SECRETARIA: Deputados Liliane Roriz e Raimundo Ribeiro

LOCAL: Ginásio do Gama, Centro Olímpico

INÍCIO: 15 horas e 35 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 19 minutos

L I D O
Em, 28.10.15

Secretaria Legislativa

PRESEÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PDT
- Deputado Chico Leite – Rede
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – Rede
- Deputado Cristiano Araújo – PTB
- Deputado Joe Valle – PDT
- Deputado Juarezão – PRTB
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PRTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – Rede
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rodrigo Delmasso – PTN
- Deputada Sandra Faraj – SD
- Deputada Telma Rufino – PPL
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

Revisora: Júlia Supervisora: Thaís Chefe do Setor: [Assinatura] (I/TOF/R)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, a Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 28ª Sessão Extraordinária.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Mensagem nº 243, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015**.
- **Mensagem nº 244, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2015**.
- **Mensagens nºs 245 a 249, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- **Projetos de Lei nºs 715 e 716, de 2015**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Projeto de Lei nº 717, de 2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso.
- **Projeto de Lei nº 718, de 2015**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Projeto de Lei nº 719, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Projeto de Lei nº 720, de 2015**, de autoria dos Deputados Bispo Renato Andrade e Agaciel Maia.
- **Projetos de Lei nºs 721 e 722, de 2015**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- **Projeto de Lei nº 723, de 2015**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicações nºs 5.646 a 5.695, de 2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso.
- **Indicação nº 5.696, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Indicações nºs 5.697 a 5.721, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Indicação nº 5.722, de 2015**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Indicações nºs 5.723 a 5.729, de 2015**, de autoria do Deputado Rafael Prudente.
- **Indicações nºs 5.730 a 5.733, de 2015**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- **Indicações nºs 5.734 a 5.753, de 2015**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Indicações nºs 5.754 a 5.763, de 2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.
- **Indicações nºs 5.764 a 5.777, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Indicações nºs 5.778 a 5.790, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Indicações nºs 5.791 a 5.799, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Indicações nºs 5.800 a 5.803, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicação nº 5.804, de 2015**, de autoria da Deputada Telma Rufino.
- **Indicações nºs 5.805 a 5.811, de 2015**, de autoria do Deputado Ricardo Vale.
- **Indicação nº 5.812, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Indicação nº 5.813, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Indicação nº 5.814, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Moções nºs 242 e 243, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Moção nº 244, de 2015**, de autoria de vários deputados.
- **Moção nº 245, de 2015**, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Prof. Israel.

ATA SUCINTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

Revisora: Inez Supervisora: Eduarte Chefe do Setor: [Assinatura] (1/TOF/P) [Assinatura]

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

3

- **Moção nº 246, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Requerimentos nºs 1.051 e 1.052, de 2015**, de autoria da Deputada Telma Rufino.
- **Requerimento nº 1.053, de 2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso.
- **Requerimentos nºs 1.054 e 1.055, de 2015**, de autoria do Deputado Rafael Prudente.
- **Requerimentos nºs 1.056 e 1.057, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Requerimentos nºs 1.058 e 1.059, de 2015**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Requerimento nº 1.060, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Requerimento nº 1.061, de 2015**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Requerimentos nºs 1.062 e 1.063, de 2015**, de autoria do Deputado Rafael Prudente.
- **Requerimentos nºs 1.064 a 1.066, de 2015**, de autoria do Deputado Lira.
- **Requerimento nº 1.067, de 2015**, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Celina Leão.
- **Requerimento nº 1.068, de 2015**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Requerimento nº 1.069, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Requerimento nº 1.070, de 2015**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "homologa o Convênio ICMS nº 78/2014".

Obs¹: Em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de autoria do Deputado Robério Negreiros, em que "fica homologado o convênio ICMS nº 38/2012".

Obs²: A presidente da sessão, Deputada Celina Leão, solicita à CEOF e à CCJ que emitam novo parecer sobre a matéria, em virtude do erro manifesto na elaboração do substitutivo anteriormente apresentado aos projetos.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure, favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

Obs³: A presidente da sessão, Deputada Celina Leão, ratifica o resultado da votação, em turno único, do substitutivo aprovado com 20 votos favoráveis, bem como a aprovação de sua redação final.

ATA SUCINTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (1/TOF/P)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4

(2º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 147: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 241, de 2015, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Prof. Israel, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os educadores Jordanes da Silva, Silvane Friebe, Júlio César Ferreira Campos, Maria Lucinete de França, Leonardo Teles Dias, Kleber Silva Carvalho, Osvaldo Lima de Oliveira, Jefferson Reges Lobato, professores da Secretaria de Estado de Educação do DF pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal".

ITEM 148: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.044, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "requer a realização de audiência pública no dia 1º de dezembro de 2015, às 19 horas, para debater sobre a violência contra a mulher".

ITEM 149: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.030, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que "requer a transformação da sessão ordinária do dia 3 de dezembro de 2015 em comissão geral para debater questões relacionadas aos servidores da saúde e da educação quanto ao não cumprimento do direito de converter em pecúnia as licenças-prêmio quando das suas aposentadorias".

ITEM 150: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.050, de 2015, de autoria de vários deputados, que "requer a realização de sessão ordinária externa, no dia 21 de outubro de 2015, às 15 horas, a ser realizada no Gama, para dar sequência ao projeto *Câmara em Movimento*".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.069, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "requer a realização de audiência pública no dia 5 de novembro de 2015 para debater a situação atual dos empregados e o cenário vivido pela Companhia Energética de Brasília – CEB".

– Votação das proposições, em turno único. **APROVADAS** com 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

(3º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "concede o título de Cidadã Benemérita de Brasília à Senhora Elci Alves Salvador". **APROVADO** com 17 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 5 ausências.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(4º) **ITEM 137:** Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.026, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre atividades dos profissionais de administração ou com habilitação específica registrados no Conselho Regional de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

Administração e dá outras providências". **REJEITADO** com 14 votos contrários. Houve 5 ausências.

Obs¹.: O presidente da sessão retifica o resultado da rejeição ao veto ao PL nº 2.026, de 2014: 19 votos contrários e 5 ausências.

Obs².: O presidente da sessão retifica novamente o resultado da rejeição ao veto ao PL nº 2.026, de 2014: 18 votos contrários e 6 ausências.

(5º) **ITEM 128**: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 407, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com medicamentos genéricos". **REJEITADO** com 16 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Obs.: A Presidente Celina Leão retifica a votação do veto ao PL nº 407, de 2015: **MANTIDO** com 1 voto favorável, 11 votos contrários e 10 ausências. Houve 2 abstenções.

Obs.: As folhas de votação nominal serão publicadas na ata circunstanciada.

3 PRONUNCIAMENTOS DO PÚBLICO

– A Presidente da CLDF, Deputada Celina Leão, após consulta aos líderes, suspende a sessão ordinária para ouvir as manifestações da comunidade do Gama.

4 GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN

– Parabeniza a administradora do Gama, Maria Antônia Magalhães, presente à sessão, e lembra as emendas que elaborou a fim de favorecer a região.

– Coloca-se à disposição da comunidade local.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

– Aborda a solicitação do Governador do DF, esclarecendo que doze milhões de cada Deputado tiveram de ser doados ao setor da saúde, o que fez com que a verba remanescente diminuísse.

– Informa que irá elaborar emendas, para 2015, que irão beneficiar o Gama, e destaca o problema dos bicos da cidade, que necessitam de drenagem a fim de que as casas não sejam inundadas em época de chuva.

– Ressalta que não faz oposição ao povo, mas ao Governo, salienta a necessidade de se sanar as deficiências do Gama, e oferece seu apoio à população local.

ATA SUCINTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

Revisora: Inez Supervisora: _____ Chefe do Setor: [assinatura] (I/TOF/P)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Rede

- Agradece a oportunidade de participar desta sessão e parabeniza a administradora local, Maria Antônia Magalhães, pelo trabalho que vem realizando.
- Reafirma seu compromisso com a população, destacando a defesa do seu direito de creches devido à importância das crianças para o futuro da sociedade, lembrando que o Gama não dispõe de creches.
- Ressalta que há também uma dívida para com a pessoa idosa, devido à falta de consciência da sociedade quanto à necessidade de se assistir esse segmento.
- Oferece seu apoio às reivindicações da sociedade local.

5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Comunica ao Plenário a necessidade de alteração, em razão de erro manifesto, da Lei nº 5.548, de 15 de outubro de 2015, publicada no DODF do dia seguinte, conforme a Mensagem nº 248, de 2015, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- Submete a errata à apreciação do Plenário e, não havendo manifestação em contrário, declara-a acatada, e determina à Secretaria Legislativa que solicite ao Governador que efetive a retificação conforme disposto no art. 207, parágrafo único, do Regimento Interno da CLDF.
- Anuncia que, em virtude de erro manifesto na elaboração do substitutivo apresentado aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 28 e 42, de 2015, os projetos retornarão ao Plenário para retificação e apreciação dos pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça.

6 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Expediente lido na 93ª Sessão Ordinária,
em 21 de outubro de 2015

ATA SUCINTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (I/TOF/P)

> SETAS - 000007 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 243 /2015-GAG

Brasília, 16 de outubro de 2015.

L I D O
Em 24/10/2015
Secretaria Legislativa

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei Complementar, que altera a redação da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, que Institui a outorga onerosa da alteração de uso no Distrito Federal e da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que Institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal, e dá outras providências.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência a Senhora
Deputada CELINA LEÃO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

SECRETARIA LEGISLATIVA - 1904/2015 - 08:27

 12071

> SETAS - 000008 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PLC 32 /2015
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR , DE 2015
(Autoria: Poder Executivo)

Altera a redação dos arts. 4º, 6º e acrescenta o art. 9º - A, da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, que Institui a outorga onerosa da alteração de uso no Distrito Federal e do art. 4º, 5º e acrescenta o art. 8º - A da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que Institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal, e dá outras providências.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

Art. 1º O artigo 4º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 4º O valor a ser pago pela outorga onerosa de alteração de uso será fixado em laudo de avaliação a ser elaborado pela Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, correspondendo ao valor integral da valorização havida nos termos previstos no Art. 2º desta Lei Complementar.

§ 1º. O laudo de avaliação de que trata o caput deve definir o valor do metro quadrado da unidade imobiliária com os usos pretendido e atual, tomando por referencial o valor praticado no mercado imobiliário, com base nas Normas Brasileiras Registradas – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, por profissional devidamente habilitado do ponto de vista técnico e legal, do quadro de pessoal da Companhia Imobiliária de Brasília.

§2º O prazo para a elaboração do laudo de avaliação de que trata o caput é de até trinta dias a contar do recebimento dos

> SETAS - 000009 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

autos na TERRACAP pelo setor responsável pelo cálculo da outorga.

§3º A TERRACAP, caso demandada, revisará os laudos de avaliação realizados, no prazo de até 30 dias, contados a partir do recebimento, pelo setor responsável pela revisão, do requerimento do interessado.

§4º Nos casos de habitações de interesse social de empreendimentos promovidos pela iniciativa privada no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, em que o Distrito Federal aceite a dação em pagamento de unidades habitacionais do empreendimento, o interessado deve indicar previamente as unidades que tenha interesse em oferecer como contrapartida e o laudo de avaliação realizado pela TERRACAP deve indicar o valor destas unidades.”

§5º O interessado arcará com os custos de elaboração do laudo de avaliação de que trata o caput, com os custos de revisão do laudo de que trata o §3º, quando por ele solicitado, e com o do laudo de avaliação previsto no §4º.

Art. 2º O artigo 6º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A comprovação do pagamento do débito relativo à outorga onerosa da alteração de uso e dos valores devidos previstos no art. 4º desta Lei Complementar deve ser exigida antes da expedição do Alvará de Construção.

§ 1º A comprovação deve corresponder:

I - ao pagamento do valor integral da outorga e dos valores devidos previstos no art. 4º desta Lei Complementar;

II - em caso de pagamento parcelado da outorga, dividido em até doze parcelas mensais e sucessivas, à quitação das parcelas vencidas até a data da expedição do Alvará de Construção.

§ 2º Para o empreendimento com novo uso, implantado em edificação já existente, para a qual não seja necessária a expedição de Alvará de Construção, é exigida a comprovação do pagamento do valor relativo à outorga onerosa da alteração de uso antes da expedição da Licença de Funcionamento.

§ 3º A aprovação do projeto de arquitetura, no caso de modificação sem alteração de área construída, está

> SETAS - 000010 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

condicionada à comprovação do pagamento integral da ONALT ou das parcelas vencidas.

§ 4º A emissão da Carta de Habite-se fica condicionada à quitação do valor integral da ONALT.

§ 5º Nos casos em que houver sido paga a ONALT para alteração ou extensão de uso anterior, a cobrança por nova alteração deve ser feita a partir do uso já outorgado.

Art. 3º Fica acrescido o artigo 9º-A à Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, com a seguinte redação:

Art. 9º-A. Nos casos das edificações já concluídas até 30 de outubro de 2015 e para as quais foi expedido Alvará de Construção, sem a prévia cobrança da outorga onerosa da alteração de uso, será concedida a Carta de Habite-se, desde que o empreendedor reconheça formalmente como valor devido aquele apurado no laudo de avaliação de que trata o Art. 4º desta Lei Complementar e proceda ao respectivo pagamento no prazo de até 09 meses a contar da emissão do documento, sob pena de incidência de multa de 20% do valor da ONALT, e consequente inscrição na dívida ativa.-

Parágrafo único. Somente podem ser consideradas edificações concluídas para os fins deste artigo aquelas cujo laudo de vistoria favorável à concessão da Carta de Habite-se tenha sido emitido pela AGEFIS até 30 de outubro de 2015.

Art. 4º O artigo 4º da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O interessado fará jus ao benefício desta Lei mediante o pagamento de valor monetário relativo à área efetivamente utilizada do acréscimo do potencial construtivo.

§1º A comprovação do pagamento do valor relativo à outorga onerosa de direito de construir deve ser exigida antes da expedição do Alvará de Construção.

§ 2º A comprovação deve ser correspondente ao pagamento do valor integral da outorga ou, em caso de pagamento parcelado, limitado em até doze parcelas mensais sucessivas, à quitação das parcelas vencidas até a data da expedição do Alvará de Construção.

> SETAS - 000011 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

§ 3º A emissão da Carta de Habite-se fica condicionada à quitação do valor integral da outorga onerosa do direito de construir.

Art. 5º O artigo 5º da Lei nº 1.170, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O valor a ser pago pela ODIR é calculado pela fórmula $VLO = VAE \times QA$, onde:

I - VLO é o valor a ser pago pela outorga onerosa do direito de construir;

II - VAE é o valor do metro quadrado do terreno multiplicado por "y";

III - QA é a quantidade de metros quadrados acrescidos.

§1º O índice "y" é o coeficiente de ajuste estabelecido para as áreas definido em lei específica.

§ 2º Até que se aprove a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, a cobrança será feita aplicando-se ao índice "y" o valor máximo de 0,20.

§ 3º O valor do metro quadrado do terreno será calculado pelo valor do terreno constante da tabela de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício dividido pelo coeficiente básico de aproveitamento.

§ 4º Entende-se por quantidade de metros quadrados acrescidos - QA, a quantidade de metros quadrados que exceder o coeficiente básico de aproveitamento e que não ultrapasse o coeficiente máximo de aproveitamento.

Art. 6º A Lei n.º 1.170, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do art. 8º-A, cuja redação será a seguinte:

Art. 8º-A. Nos casos das edificações já concluídas até 30 de outubro de 2015, e para as quais foi expedido Alvará de Construção sem a prévia cobrança da outorga onerosa de construir, será concedida a Carta de Habite-se, desde que o empreendedor reconheça formalmente como valor devido aquele apurado no Laudo de Avaliação de que trata o Art. 4º desta Lei Complementar, e proceda ao respectivo pagamento no prazo de até 06 meses a contar da emissão do documento,

> SETAS - 000012 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

sob pena de incidência de multa de 20% do valor da ODIR, e consequente inscrição na dívida ativa.-

Parágrafo único. Somente podem ser consideradas edificações concluídas para os fins deste artigo aquelas cujo laudo de vistoria favorável à concessão da Carta de Habite-se tenha sido emitido pela AGEFIS até 30 de outubro de 2015.

Art. 7º O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei Complementar no prazo de 30 dias após a sua publicação.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.



> SETAS - 000013 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e
Habitação
Gabinete do Secretário de Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 390.000.010/2015-GAB/SEGETH

Brasília, 10 de setembro de 2015

Excelentíssimo Senhor Governador,

Com os meus cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Projeto de Lei Complementar, cujo propósito consubstancia-se nas alterações da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000 - que versa acerca da instituição da outorga onerosa de alteração de uso - ONALT), e da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996 - que diz respeito à outorga onerosa do direito de construir - ODIR.

A Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF exige que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT contemple os institutos da outorga onerosa de direito de construir - ODIR e da outorga onerosa de alteração de uso - ONALT (art. 317, §2º, inciso VI, letras "b" e "c"). Essa medida é exigência do Estatuto das Cidades que fixa como um dos conteúdos mínimos do plano diretor a previsão a ODIR e a ONALT. A ODIR e a ONALT são institutos destinados a promover a justa distribuição dos benefícios do processo de urbanização, conforme diretriz geral do Estatuto da Cidade.

Os institutos da ODIR e da ONALT foram, de maneira precursora, introduzidos no Distrito Federal, inclusive anteriormente ao Estatuto da Cidade. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, Lei Complementar nº 803/2009, determina a elaboração de lei que verse sobre a disciplina integral da outorga onerosa de direito de construir e da outorga onerosa de alteração de uso a fim de atualizar a sistemática legal ao Estatuto da Cidade. A Secretaria de Estado Gestão Territorial e Habitação - SEGETH tem procedido os estudos necessários para a elaboração desses projetos de lei.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal
NESTA

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação -
SEGETH

SCS Quadra 6 Bloco A Lotes 13/14 CEP: 70.036-918 - Brasília - DF
Fone(s): (61) 3214-4083 e 3214-4007 - Fax (61) 3214-4008



> SETAS - 000014 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e
Habitação
Gabinete do Secretário de Estado29
330.000.479/2015
98888

Entretanto, a atual situação de licenciamento urbanístico exige a adoção de soluções pontuais e localizadas a fim de se conferir fluidez e segurança jurídica aos processos administrativos. Desse modo, o objeto desse projeto de lei é tão somente a respeito de questões atinentes ao pagamento das denominadas outorgas urbanísticas (outorga onerosa de direito de construir e outorga onerosa de alteração de uso).

A lógica que inspirou as regras propostas é de que o pagamento das outorgas urbanísticas ocorra de maneira integral até o momento da concessão do habite-se, salvo quando tratar-se de hipótese de alvará de funcionamento. A razão desse limite temporal encontra-se no fato de que a maioria dos empreendimentos de incorporação imobiliária operam mediante a constituição de um patrimônio de afetação (art.31-A da Lei Federal nº 4.591/64), cujo objetivo é de resguardar os direitos dos adquirentes das unidades imobiliárias. Portanto, geralmente, a concessão de habite-se implica a criação de novas unidades imobiliárias e o desencadeamento de atos registrais de transferência de domínio.

Nesse contexto, o limite temporal do habite-se para o pagamento integral das outorgas atende a uma dupla finalidade: facilita a cobrança dos créditos pelo Distrito Federal e, simultaneamente, preserva os direitos dos adquirentes, contribuindo para a segurança jurídica do mercado imobiliário.

Além disso, acrescentam-se dispositivos para se viabilizar a concessão de habite-se para edificações, nas quais há alvará de construção, porém não foi exigido o pagamento das outorgas urbanísticas. Tal medida tem como finalidade gerar agilidade no licenciamento urbanístico sem prejuízo dos valores a serem recebidos pelo Distrito Federal.

Outro aspecto tratado é atinente à fórmula de cálculo da outorga onerosa de direito de construir, na medida em que tem existido celeuma jurídica sobre seus critérios, o que tem provocado disputas judiciais e, por seu turno, gerado insegurança jurídica e comprometendo a fluidez do licenciamento urbanístico.

Por fim, o último aspecto é sobre a quem compete realizar a avaliação da valorização imobiliária pela alteração de uso. Reputou-se mais adequado conferir essa atribuição a avaliadores devidamente credenciados pelo órgão de planejamento urbano, os quais terão seus lados fiscalizados

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação -
SEGETHSCS Quadra 6 Bloco A Lotes 13/14 CEP: 70.036-918 - Brasília - DF
Fone(s): (61) 3214-4083 e 3214-4007 - Fax (61) 3214-4008

> SETAS - 000015 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Gestão do Território e
Habitação
Gabinete do Secretário de Estado

30
370.000/479/2015
98898

por amostragem pela TERRACAP. Novamente, o núcleo central é promover agilidade sem prejuízo do interesse público.

Em virtude do exposto, requero de Vossa Excelência, caso julgue oportuno e conveniente, aprovar a minuta ora encaminhada.

Na oportunidade renovo minhas expressões de apreço e consideração.

Respeitosamente,

THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE
Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação -
SEGETH
SCS Quadra 6 Bloco A Lotes 13/14 CEP: 70.036-918 - Brasília - DF
Fone(s): (61) 3214-4083 e 3214-4007 - Fax (61) 3214-4008

> SETAS - 000016 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****MENSAGEM**

Nº 244 /2015-GAG

Brasília, 16 de outubro de 2015.

L I D O
Em. 21 / 10 / 2015

Secretaria Legislativa

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei Complementar, que *Define parâmetros de uso e ocupação do solo para as Quadras QE 38, QE 44, QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento – SRIA II, da Região Administrativa do Guarã – RA X.*

A justificção para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência a Senhora
Deputada CELINA LEÃO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

SECRETARIA LEGISLATIVA 19/10/2015 08:27

12071

> SETAS - 000017 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC 33 /2015 DE 2015
(Autoria: Poder Executivo)

Define parâmetros de uso e ocupação do solo para as Quadras QE 38, QE 44, QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento – SRIA II, da Região Administrativa do Guará – RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam definidos os parâmetros de uso e ocupação do solo para as Quadras QE 38, QE 44, QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento – SRIA II, da Região Administrativa do Guará – RA X, na forma do Anexo desta Lei Complementar;

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



> SETAS - 000018 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Gestão do Território e
Habitação
Gabinete do Secretário de Estado

325
11/09/2015
98888

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 390.000.016 /2015-GAB/SEGETH

Brasília, 29 de SETEMBRO de 2015.

Senhor Governador,

1. Com os meus cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Projeto de Lei Complementar, cujo propósito consubstancia-se na fixação dos Parâmetros Urbanísticos de uso e ocupação do solo aplicáveis às Quadras QE 38, QE 44, QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento - SRIA II, da Região Administrativa do Guará - RA X (Expansão do Guará).

2. Com a vigência do PDL da RA - X, e a superveniente procedência parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2010.00.2.007279-2, que julgou inconstitucional, dentre outros dispositivos o art. 36 da LC nº 733/2006 (que estabeleceu categorias de lote por uso, segundo o grau de restrição de atividades), não obstante a publicação da LC nº 890/2014, que restaurou a redação originária do citado art. 36 do PDL do Guará, há atualmente um vácuo normativo quanto à definição de índices urbanísticos na versada LC nº 733/2006, haja vista que as alíneas "a/f" do inciso IV do art. 27 da LC em comento foram igualmente julgados inconstitucionais, e que dispunham sobre as diretrizes específicas do Projeto das QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58 no Guará II, para atendimento à política habitacional de interesse social do Governo do Distrito Federal (nos termos do Anexo IV - Mapa 4E do PDL da RA X).

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal
NESTA

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação -
SEGETH
SCS Quadra 6 Bloco A Lotes 13/14 CEP: 70.036-918 - Brasília - DF
Fone(s): (61) 3214-4083 e 3214-4007 - Fax (61) 3214-4008



> SETAS - 000019 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

 Secretaria de Estado de Gestão do Território e
 Habitação
 Gabinete do Secretário de Estado

 346
 11.001.310/2012
 JUN 98878

3. Sendo assim, considerando-se a necessidade da definição dos parâmetros urbanísticos para as áreas citadas no item 1, dotando-se por conseguinte a Administração Pública de subsídios jurídicos e técnicos para a análise, aprovação e licenciamentos de projetos arquitetônicos junto à RA X, assim como para a consumação do Projeto de Expansão do Guará, haja vista que as diretrizes específicas do Projeto das QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58 no Guará II, para atendimento à política habitacional de interesse social do Governo do Distrito Federal (nos termos do Anexo IV - Mapa 4E do PDL da RA X) foram julgadas inconstitucionais, por força da parcial procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2010.00.2.007279-2, restando um vácuo legal quanto aos parâmetros urbanísticos, prudente se faz a edição de Lei Complementar.

4. Por oportuno, consigne-se a pertinente a utilização do instrumento ora proposto, pois nos termos do inciso VI do art. 100 da Carta Política local é de competência do Governador do Distrito Federal a prerrogativa de iniciar o processo legislativo com o objetivo de permitir o fiel cumprimento de leis, bem como a mesma atende à instrução do processo administrativo de nº 111.001.310/2012.

5. Em virtude do exposto, requeiro de Vossa Excelência, caso julgue oportuno e conveniente, aprovar a minuta ora encaminhada.

6. Na oportunidade renovo minhas expressões de apreço e consideração.

Respeitosamente,

THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE

Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação

 Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação -
 SEGETH
 SCS Quadra 6 Bloco A Lotes 13/14 CEP: 70.036-918 - Brasília - DF
 Fone(s): (61) 3214-4083 e 3214-4007 - Fax (61) 3214-4008

Anexo

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS					2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS	
	USO INOR- MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	Tx. OCUP.		Tx. PERM.
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 01	HU	R0	-	1,4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 02	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 03	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 04	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 05	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 06	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 07	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 08	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 09	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 10	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 11	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto A1 Lote 12	HU	R0	-	1,4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/INOR MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	TX. OCUP.	TX. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 13	HU	R0	-	1.4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 14	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 15	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 16	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 17	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 18	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 19	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 20	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto A1 Lote 21	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 01	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 02	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 03	HU	R0	-	1.4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/INOR MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	TX. OCUP.	TX. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 04	HU	R0	-	1.4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 05	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 06	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 07	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 08	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 09	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 10	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 11	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 12	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 13	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 14	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 15	HU	R0	-	1.4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/MOR- TIA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	G.A.	TX. OCUP.	TX. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto B1 Lote 16	HU	R0	-	1.4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 01	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 02	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 03	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 04	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 05	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 06	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 07	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 08	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 09	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 10	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 11	HU	R0	-	1.4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/INOR MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	TX. OCUP.	TX. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 12	HU	R0	-	1.4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 13	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto C1 Lote 14	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 01	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 02	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 03	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 04	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 05	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 06	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 07	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 08	HU	R0	-	1.4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto D1 Lote 09	HU	R0	-	1.4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USC/NORMA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	TX. OCUP.	TX. PERM.	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 10	HU	R0	-	1,4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisais:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisais laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisais laterais.</p>
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 11	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 12	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 13	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 14	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 15	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto D1 Lote 16	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto E1 Lote 01	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto E1 Lote 02	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto E1 Lote 03	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto E1 Lote 04	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II OE 38 Conjunto E1 Lote 05	HU	R0	-	1,4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/INOR MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	Tx. OCUP.	Tx. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 06	HU	R0	-	1,4	70%	isento	<p>A) Área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 07	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 08	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 09	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 10	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 11	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 12	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 13	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 14	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 15	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 16	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 17	HU	R0	-	1,4	70%	isento	

ENDEREÇO	1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS						2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS
	USO/INOR MA	NÍVEL RESTRIÇÃO	CÓDIGO DE USO	C.A.	TX. OCUP.	TX. PERM	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 18	HU	R0	-	1,4	70%	isento	<p>A) A área de garagem será computada no coeficiente de aproveitamento do lote e deverá estar localizada inteiramente em seu interior.</p> <p>B) Tratamento das Divisas:</p> <p>a. O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais (quando se confrontar com outro lote) e de fundo, devendo ter altura máxima de 2,00m (dois metros).</p> <p>b. No caso da divisa frontal do lote, o cercamento não será obrigatório, podendo ser do tipo grade, alambrado ou solução mista (alvenaria e grade/alambrado) desde que garantido 70% (setenta por cento) de permeabilidade ou 2/3 (dois terços) de transparência visual em sua área em elevação.</p> <p>C) Tratamento das Fachadas:</p> <p>a. Elementos de fachadas no pavimento superior, como floreiras, sacadas e beirais deverão avançar em no máximo 60 cm (sessenta centímetros) sobre o passeio público.</p> <p>b. Os beirais, quando existirem, deverão manter a distância mínima de 1,00m (um metro) das divisas laterais.</p>
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 19	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 20	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 21	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 22	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto E1 Lote 23	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 01	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 02	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 03	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 04	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 05	HU	R0	-	1,4	70%	isento	
SRIA II QE 38 Conjunto F1 Lote 06	HU	R0	-	1,4	70%	isento	